



INSTITUTO FEDERAL

PARANÁ

EAD



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NAMODALIDADE SUBSEQUENTE MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

RUBENS GOMES CORRÊA
CURITIBA – 2012



SUMÁRIO

1.	Identificação do Projeto	3
2.	Instituição de Ensino	3
3.	Características do Curso	3
4.	Histórico da Instituição	4
5.	Histórico da Educação à Distância na Instituição	8
6.	Apresentação do Curso Técnico Agente Comunitário de Saúde	11
7.	Justificativa	12
8.	Objetivos: Geral e Específico	15
9.	Regime Letivo	16
10.	Perfil do Curso	17
11.	Perfil do Egresso	19
12.	Forma de Acesso ao Curso	21
13.	Representação Gráfica do Perfil de Formação	22
14.	Organização Curricular	23
15.	Matriz Curricular	26
16.	Professores do Curso Técnico Agente Comunitário de Saúde	27
17.	Descrição e Ementas dos Componentes Curriculares - 1º Módulo	28
	Descrição e Ementas dos Componentes Curriculares - 2º Módulo	34
	Descrição e Ementas dos Componentes Curriculares - 3º Módulo	40
	Descrição e Ementas dos Componentes Curriculares - 4º Módulo	46
18.	Atividades Complementares	53
19.	Flexibilidade na Entrada no Curso	54
20.	Metodologia do Curso	54
21.	Critérios de Avaliação de Aprendizagem	67
22.	Avaliação do Curso	67
23.	Biblioteca	82
24.	Diplomas e Certificados	83
25.	Legislação Pertinente ao Curso	84
26.	Anexo 1 – Regulamento Estágio Não Obrigatório	85



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

NOME DO CURSO: Técnico em Agente Comunitário de Saúde na Modalidade Subseqüente Modalidade Educação a Distância

EIXO TECNOLÓGICO: Ambiente, Saúde e Segurança

COORDENAÇÃO

Coordenadora de Curso: Rubens Gomes Corrêa

Telefone: 41-3361-4919 - 41-9934-5646

E-mail: rubens.correa@ifpr.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8154363429905308>

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CAMPUS: Núcleo EAD – Campus Curitiba

TEL: 41 – 0800-643-0007

HOME-PAGE: www.ead.ifpr.edu.br

2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Nome:	Instituto Federal do Paraná					
Cidade:	Curitiba	UF:	PR	CEP:	81.520-260	

3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

NÍVEL:	FIC	<input type="checkbox"/>	TÉCNICO	<input checked="" type="checkbox"/>	TECNOLÓGICO	<input type="checkbox"/>
---------------	-----	--------------------------	---------	-------------------------------------	-------------	--------------------------

MODALIDADE	PRESENCIAL	<input type="checkbox"/>	PROEJA	<input type="checkbox"/>	A DISTÂNCIA	<input checked="" type="checkbox"/>
-------------------	------------	--------------------------	--------	--------------------------	-------------	-------------------------------------



PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	ESPECIFICAR: Nome: Ministério da Educação, Secretaria de Estado de Educação do Paraná e Prefeituras e IF'S
---	---

PERÍODO DO CURSO:	INÍCIO: 2013	TÉRMINO: 2015
-------------------	--------------	---------------

CARGA HORÁRIA: 1200h CARGA HORÁRIA TOTAL: 1210h	NÚMERO DE VAGAS: MÍNIMO <input type="text" value="2.500"/>
--	---

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O atual IFPR - Instituto Federal do Paraná tem suas raízes em 1869 a partir da criação da Escola Técnica que pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba, sendo seus fundadores Gottliebe Mueller e Augusto Gaertner, sócios da "Verein Deutche Schule". Até 1914 o estabelecimento chamou-se Escola Alemã, tendo nesta ocasião mudado sua denominação para Colégio Progresso. Em 1914, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, conforme consta da ata da reunião da respectiva Congregação, realizada a 18 de dezembro daquele ano, e de acordo com escritura pública de incorporação, lavrada a 20 do mês de abril de 1942, no Cartório do 1º Tabelionato desta Capital, às folhas 11 e 12 do livro nº 291, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, por ato do Ministério da Educação e Cultura, datado de 27 de fevereiro de 1942. Com a federalização da Universidade do Paraná pela Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950, continuou a Escola a ser mantida pela Faculdade de Direito, consoante o artigo 15 da aludida lei. Por decisão do Conselho Universitário, proferida em 22 de janeiro de 1974, a Escola foi integrada à Universidade Federal do Paraná, como órgão

suplementar, sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A Escola Técnica de Comércio, voltada aos objetivos da Lei nº 5.692/71, é autorizada a ofertar os cursos Técnicos em Contabilidade e Secretariado, e outros cursos de formação profissional, além de aperfeiçoamento adequado ao aprimoramento de conhecimentos e capacitação técnica de egressos de seus cursos, realizando um trabalho educativo com qualidade e eficiência.

A partir de 14 de dezembro 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade Federal, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. No ano letivo de 1991 a escola passa a ofertar os seguintes cursos: Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Processamento de Dados, além do tradicional Curso Técnico em Contabilidade, passando a especializar-se em cursos do Setor Serviços. Ainda na década de 90 são implantados os cursos: Técnico em Administração de Empresas, Técnico em Artes Cênicas, Técnico em Radiologia Médica e Técnico em Transações Imobiliárias.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96 e do Decreto 2.208/97 a Escola passa a adaptar-se a nova situação da Reforma da Educação Profissional, reestruturando seus cursos e implantando o Curso Tecnologia em Informática.

No período de 2002-2005 a Escola passa a atender as demandas de profissionalização de Instituições e da Sociedade Civil organizada, implantando cursos nas seguintes áreas profissionais: indústria, agropecuária, turismo e hospitalidade. Além de atuar em novas áreas profissionais a escola amplia o número de cursos nas áreas profissionais de artes, gestão e saúde.

Levando em consideração que um expressivo número de paranaenses tem dificuldade de acesso à escola pública de qualidade, a partir do ano de 2002 a Escola inicia um processo de descentralização curricular de seus cursos presenciais e implanta cursos na Modalidade de Educação à Distância na área de

Gestão. Com o intuito de assegurar a Política Afirmativa da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2005 é implantado o Sistema de Cotas Social e Racial, com 20% das vagas para cada cota, num prazo de 10 (dez) anos. No decorrer destes 10 anos a Universidade Federal do Paraná estará atuando nas Escolas Públicas com cursos de capacitação com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino nas escolas pública.

Com a Lei 11.892 do dia 29 de dezembro de 2008, cria-se o Instituto Federal do Paraná, com a extinção da Escola Técnica vinculada a Universidade Federal do Paraná.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Os IFET's compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Os institutos devem ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Metade das vagas será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado.

Na educação superior, o destaque fica para os cursos de engenharias e de licenciaturas em ciências física, química, matemática e biologia. Ainda serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática.

Os institutos federais terão autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Ainda exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários *campi*,



com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e reitoria, equiparando-se com as universidades federais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná criado mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, sua Reitoria está instalada em Curitiba, com campi em Curitiba, Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba - Educação à Distância, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama.

O Instituto Federal do Paraná desenvolve as seguintes atividades educacionais:

- Oferta de educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processo de produção e distribuição de bens e serviços;
- Atuação prioritária em cursos técnicos, de tecnologia, iniciação profissional e formação continuada de trabalhadores nos diversos setores da economia;
- Oferta de ensino médio;
- Oferta de educação profissional, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- Realização de pesquisas aplicadas;
- Integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do mundo do trabalho;
- Promoção da transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos gerais e específicos necessários ao exercício de atividades produtivas;
- Especialização, aperfeiçoamento e atualização de trabalhadores em seus conhecimentos científicos e tecnológico;
- Qualificação e atualização de jovens e adultos, independente do nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no mercado de

trabalho.

O Instituto atua em conformidade com o Catálogo Nacional dos cursos Técnicos, nos seguintes eixos tecnológicos:

- Ambiente, Saúde e Segurança
- Apoio Educacional
- Controle e Processos Industriais
- Gestão e Negócios
- Hospitalidade e Lazer
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimentícia
- Produção Cultural e Design
- Produção Industrial
- Recursos Naturais

5. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA INSTITUIÇÃO

A busca por profissionais qualificados para o mercado de trabalho vem se tornando uma realidade cada vez mais consistente e a Educação a distância - EAD tem sido vista como uma aliada neste processo. Incentivados pela necessidade de democratização de acesso, atualização profissional e das possibilidades decorrentes da telemática, a educação a distância vem se expandindo consideravelmente no mundo e no Brasil, levando as pessoas e instituições a utilizarem-na como mais uma forma de buscar e promover conhecimentos.

Considerando o expressivo número de paranaenses com dificuldade de acesso à escola pública de qualidade, a possibilidade de utilização de diferentes estratégias pedagógicas, atendendo a diferentes perfis e necessidades de desenvolvimento, a aprendizagem por demanda, atendendo especificidades institucionais e o acesso ao conhecimento diminuindo barreiras geográficas (atendimento simultâneo de alunos em qualquer lugar no Brasil) a partir do ano de 2005 a

Escola Técnica da UFPR, ET/UFPR, hoje Instituto Federal do Paraná inicia o processo de descentralização curricular de seus cursos presenciais e implantando cursos na Modalidade de Educação à Distância na área de Gestão.

Entre 2005 a 2007 a ET/UFPR esteve presente em 210 municípios dos estados do Paraná, Florianópolis e São Paulo, com a oferta dos cursos técnicos em Contabilidade, em Administração Empresarial, em Serviços Públicos e em Secretariado, formando ao final de dois anos 8.000 técnicos.

Em 2006, implantou e implementou o Curso técnico em Serviços Públicos em parceria com o Governo do Estado do Paraná e Prefeituras. Curso este, ação do Programa de Qualificação de Servidores Públicos em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP através da Escola de governo e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI capacitando 2.300 alunos/servidores estaduais e municipais.

Desde 2007, oferta os cursos Técnicos em Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Radiologia, em 130 municípios do Brasil, atendendo 3.200 estudantes.

Em 2008, o Governo do Estado do Paraná com uma demanda de qualificação de cerca de 55.000 servidores sem curso superior, estabelece nova parceria com Universidade Federal do Paraná através da Escola Técnica e instituições públicas nas esferas federal, estadual e municipal para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública com a finalidade qualificar seus servidores públicos em particular na área de Gestão de Serviços Públicos. Este curso em andamento, conta com quase 7.000 alunos sendo profissionalizados em serviço, num processo de educação permanente.

Em dezembro de 2008, o IFPR implantou os cursos Técnicos em Secretariado e em Gestão Pública, pelo programa Escola Técnica Aberta do Brasil - E-Tec Brasil. Este programa é uma parceria com o Ministério da Educação – MEC, através da Secretaria de Educação a Distância – SEED e a Secretaria de Educação do



Estado do Paraná – SEED/PR com o objetivo de democratizar a oferta do ensino técnico público e de qualidade, levando cursos não só às regiões distantes e à periferia das grandes cidades e incentivar os jovens a concluir o ensino médio. Com esta iniciativa atende 6.400 alunos distribuídos em 126 pólos de atendimento presenciais.

Em 2009 o IFPR dando continuidade ao projeto de qualificar os servidores públicos em particular na área de Gestão de Serviços Públicos expande a segunda turma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, atendendo uma média de 7.000 alunos.

A partir da parceria com o Ministério da Pesca, foi possível em 2010, inaugurar um projeto inédito ofertando os Cursos Técnicos PROEJA de Pesca e de Aquicultura, com o objetivo de atender a uma parcela esquecida da população brasileira num processo de inclusão social efetiva a partir da qualificação dos pescadores e seus familiares, oportunizando a esses indivíduos a constituição de uma cidadania nunca antes percebida.

Em 2010 oferta-se o curso Técnico em Administração, como também a segunda turma dos Cursos Técnicos em Secretariado e Técnico de Serviços Públicos.

Para 2011 as propostas de cursos abrangem a continuidade dos Cursos Técnicos em desenvolvimento e a oferta dos Cursos: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos, Técnico em Eventos buscando atender às demandas atuais de formação da população frente aos desafios contemporâneos.

Também estão sendo planejados Cursos de Pós Graduação na área de Gestão e Capacitação de Tutores.

A EAD vem sendo utilizada pelo governo em todas as esferas como ferramenta educacional para atender numerosos segmentos da população visando à diminuição de processos de exclusão social e atendendo grandes contingentes que não podem freqüentar os ambientes acadêmicos tradicionais por inúmeros motivos.

Assim é que o Instituto Federal do Paraná - IFPR, diante de uma sociedade moderna, caracterizada pelos avanços da ciência e da mídia eletrônica, vinculadas ao processo produtivo, onde estão sendo alteradas não só as metodologias de aprendizagem, mas o comportamento das pessoas, não poderia se omitir como instituição de Ensino. A partir do avanço científico e tecnológico, através da utilização destas mídias, o IFPR tem a possibilidade de cumprir seu papel social, não só como uma instituição de Curitiba, mas como o verdadeiro Instituto Federal do Paraná. Isso tudo em prol de uma educação mais democrática, oportunizando aos cidadãos paranaenses a qualificação/re-qualificação necessária ao ingresso no mundo do trabalho e, portanto, a uma vida mais digna a que todos têm direito.

Por tudo isso o IFPR com a sua excelência educacional histórica, através das possibilidades viabilizadas pelas tecnologias de Informação e comunicação e a Educação a Distância cumpre com louvor a sua missão de proporcionar educação profissional de qualidade não somente para os municípios do estado do Paraná, mas para todo o território nacional.

6. APRESENTAÇÃO

O presente documento trata do Plano do **Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde**, inserido no eixo tecnológico Ambiente, saúde e Segurança. Este plano foi elaborado pelos docentes da Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, em consonância à Orientação Técnica e Pedagógica do IFPR e com base na legislação que norteia a Educação e mais especificamente da Educação Profissional com carga horária de 1.210 horas (hum mil e duzentas e dez horas) compatível ao conhecimento necessário para a formação do futuro profissional.



7. JUSTIFICATIVA

A política de saúde no Brasil, tendo a Reforma Sanitária como referência doutrinária e o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de reorientação setorial e institucional, fornece indicações importantes para a ordenação da formação dos trabalhadores do setor, apontando a necessidade de considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização dos processos de educação profissional.

Estas indicações estão expressas na Constituição Federal de 1988 e nos dispositivos legais infraconstitucionais (Leis 8080/90 e 8142/90) que definem um conceito ampliado de saúde, para além da dimensão setorial dos serviços, e um conjunto de princípios balizadores, centrados na integralidade, universalidade e equidade da atenção, bem como no controle social e na descentralização da gestão, com comando único em cada esfera de governo. Assim, “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Artigo 196 da Constituição Federal).

Ao garantir a universalidade do acesso, a Constituição Federal intensificou a demanda aos serviços de saúde, tradicionalmente centrados no eixo hospitalar.

Buscando criar estratégias para reverter este modelo e atender à demanda crescente, várias experiências, em nível local, começaram a surgir priorizando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, incorporando, em muitas delas, as contribuições da própria população, por meio de sua cultura no “saber-fazer” os cuidados com sua própria saúde. Estas experiências influenciaram a concepção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (1991) e posteriormente do Programa de Saúde da Família (1994).

Nesse cenário, o agente comunitário de saúde desempenha um papel de mediador social, sendo considerado “um elo entre os objetivos das políticas sociais do Estado e os objetivos próprios ao modo de vida da comunidade; entre



as necessidades de saúde e outros tipos de necessidades das pessoas; entre o conhecimento popular e o conhecimento científico sobre saúde; entre a capacidade de auto-ajuda, própria da comunidade, e os direitos sociais garantidos pelo Estado.” (Nogueira et al, 2000).

A profissionalização desses trabalhadores deve, então, considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil (Lei Federal nº 9.394/96, Decreto Federal 5.154/20042, Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/99) que apontam para a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Deve considerar, também, as necessidades apontadas pelo SUS, que exige profissionais com capacidade de atuar nos diferentes setores, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde e sociais, em qualquer nível do Sistema. Nesse contexto, a Lei Federal 10.507, de 10 de julho de 2002 cria a profissão de ACS (Agente Comunitário de Saúde). Nesse momento, a maioria dos ACSs, não tinha formação adequada para exercer todas as atividades inerentes ao cargo, pois segundo o referencial curricular e o manual técnico dos Ministérios da Educação e da Saúde de 2004, 18% dos trabalhadores da área tinham apenas o ensino fundamental e 22% sequer possuíam esse nível de ensino completo.

A lei 10.507 de 2002 só regeu as atividades dos ACSs até 06 de outubro de 2006, quando foi publicada a lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que passa a exigir que os ACSs que ingressarem no sistema após a publicação da lei, devam ter concluído, com aproveitamento, o curso introdutório de formação inicial e continuada em ACS e haver concluído o ensino fundamental.

Assim, o Ministério da Saúde reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de reajuste da força de trabalho, no sentido de contribuir decisivamente para a qualificação e a efetivação da política nacional de saúde.

Esta concepção da formação busca caracterizar a necessidade de elevação da



escolaridade e dos perfis de desempenho profissional, possibilitando aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores – domínio do conhecimento técnico-científico, capacidade de auto-planejamento, de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de trabalhar em equipe, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho. Assim, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor saúde às demandas da população, o Ministério da Saúde tem investido fortemente na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

Em resposta aos investimentos feitos pelo Ministério da Saúde, a demanda por agentes comunitários de saúde cresceu de forma acelerada. Isso é facilmente verificado quando se examina os editais de concursos públicos de prefeituras como a de diversas cidades e que tem a responsabilidade de promover a saúde da população por meio do programa saúde da família onde esse profissional; está inserido. Ocorre que a maioria dos que buscam concorrer ao cargo de ACS, não tem formação adequada em conformidade com a lei 11.350 de 2006. Isso também é evidenciado pela busca das prefeituras por cursos de qualificação profissional para seu quadro permanente de funcionários do setor. Nesse contexto, o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde ofertado pelo Instituto Federal do Paraná - Campus EaD - IFPR busca suprir a necessidade de formação adequada dos cidadãos que almejam a profissão de ACS, e dos que já atuam como via de conexão e integração entre as unidades de saúde e a comunidade onde esta está inserida.



8. OBJETIVOS

8.1. OBJETIVO GERAL

Proporcionar formação técnica de nível médio em Agente Comunitário de Saúde na modalidade subsequente, por meio do desenvolvimento de competências, nas quais o profissional desenvolva uma relação dialética com as múltiplas relações sociais existentes, em cuja totalidade insere-se a vida, e através do pensar holisticamente possa contemplar a necessidade do aprender permanente que lhe permitirá o acompanhamento da evolução dos conhecimentos, considerando a evolução tecnológica, as necessidades advindas do contexto político-social, e as exigências relevantes do mundo do trabalho, capaz de atuar junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

8.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formar técnicos de nível médio em Agente Comunitário de Saúde, que desenvolvam competência para:

- Atuar na perspectiva de promoção, prevenção e proteção à saúde, orientando e acompanhando famílias e grupos em seus domicílios e os encaminhando aos serviços de saúde;
- Realizar mapeamento e cadastramento de dados sociais, demográficos e de saúde, consolidando e analisando as informações obtidas;
- Participar, com as equipes de saúde e a comunidade, da elaboração, implementação, avaliação e reprogramação do plano de ação local de saúde;
- Participar e mobilizar a população para as reuniões do conselho de saúde;
- Identificar indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais sensibilizando a comunidade para a convivência;



- Trabalhar em equipe nas unidades básicas do Sistema Único de Saúde promovendo a integração entre população atendida e os serviços de atenção básica a saúde.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;
- Realizar, em conjunto com a equipe, atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde no âmbito de adscrição da Unidade Básica de Saúde;
- Desenvolver ações de promoção e de proteção e desenvolvimento da cidadania no âmbito social e da saúde;
- Desenvolver, em equipe, ações de promoção da saúde visando a melhoria da qualidade de vida da população, à gestão social das políticas públicas de saúde e o exercício do controle da sociedade sobre o setor Saúde;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas a grupos específicos e a doenças prevalentes, conforme definido no plano de ação da equipe de saúde e nos protocolos de saúde pública;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco ambiental e sanitário para a população, conforme plano de ação da equipe de saúde.

9. REGIME LETIVO

O Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde – EaD, é subsequente foi estruturado em quatro módulos com seis Componentes Curriculares por modulo que totalizam 24 Componentes Curriculares nos módulos integrativos, sendo necessário que o aluno realize o Componentes Curricular de Metodologia em EaD para que inicie o curso, podendo assim entrar no início de qualquer modulo, desde que tenha realizado o Componentes Curriculares de



Metodologia de EaD e sido aprovado por freqüência e nota. Os módulos estão divididos em módulos com 20 aulas e módulos com 30 aulas. Os dois primeiros módulos tem 20 aulas em cada Componente Curricular e os dois últimos módulos com 30 aulas em cada Componente Curricular, ofertada no turno noturno nas quartas-feiras sempre com início da primeira aula as 19h00m até as 20h10m, com intervalo de 5 minutos e a segunda aula iniciando as 20h15m e terminando as 21h25m e finalizando com o ultimo Componente Curricular iniciando as 21h30m e terminando as 22h40m.

A cada modulo, novas turmas poderão iniciar, desde que tenha um número mínimo de interessados que tenham realizado o Componente Curricular de Metodologia em EaD que é pré-requisito para ingressar no curso. O curso será ofertado com disponibilidade de até 40 vagas tele-sala.

10. PERFIL DO CURSO

O Curso ora proposto encontra-se inserido no Eixo Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrangem ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental.

Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais são características comuns deste eixo.

A organização curricular do Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subseqüente na modalidade em EaD – Educação à Distância foi

elaborada de forma a ofertar uma educação profissional objetivando o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Artigo 39da LDB), permitindo aos discentes, efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho. Além disso, o curso seguirá as disposições expressas no catálogo nacional de cursos técnicos - MEC.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde EaD - Educação à Distância está fundamentado em um currículo onde o processo ensino-aprendizagem é baseado no:

- a) âmbito da mobilização social, integração entre a população e as equipes de saúde e do planejamento das ações;
- b) no âmbito da promoção da saúde e prevenção de doenças, dirigidas aos indivíduos, grupos específicos e a doenças prevalentes e
- c) no âmbito da promoção, da prevenção e do monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário.

A efetivação da proposta pedagógica do curso passa por ações teórico-práticas com ênfase ao exercício de atividades profissionalizantes, integrando ambientes e recursos de aprendizagem que incluem ambientes práticos por intermédio das AS - Atividades Supervisionadas que se dará durante o desenvolvimento do curso, de pelo menos 02, (duas) Atividades Supervisionadas por módulo, visitas técnicas e **estágio não curricular**, onde o aluno terá oportunidade de proceder ao questionamento e ao desenvolvimento de seu senso crítico.

Assim, o currículo do curso está fundamentado nas características da formação do profissional, com a correspondente atribuição do título, nas atividades e competências para o exercício profissional, nos arranjos produtivos locais e regionais e no compromisso social. (ANEXO 1)



11. PERFIL DO EGRESSO

O Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde visa preparar profissionais para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades nos programas de Saúde da Família - ESF. Este profissional atuará no SUS - Sistema Único de Saúde, no campo de interface intersetorial da assistência social, educação e meio ambiente, desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, no âmbito social e da saúde, auxiliando e/ou desenvolvendo atividades como:

- Trabalhos em equipe de saúde;
- Promoção a integração entre a equipe de saúde e a população de referência adscrita à unidade básica de saúde;
- Orientação de indivíduos, famílias e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica de saúde;
- Realização de ações de coleta de dados e registro das informações pertinentes ao trabalho desenvolvido;
- Promoção de estímulos à população para participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de saúde;
- Realização de mapeamento institucional, social e demográfico em sua micro-área de atuação;
- Análise dos riscos sociais e ambientais à saúde da população de sua micro-área de atuação;
- Realização de cadastramento das famílias na sua micro área de atuação e análise dos dados obtidos;
- Realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela população local, das informações obtidas nos levantamentos sócio-epidemiológicos realizados pela equipe de saúde;



- Avaliação e priorização dos problemas de saúde da população de sua micro-área de atuação, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde e pela população local;
- Elaboração do plano de ação, sua implementação, avaliação e reprogramação permanente junto às equipes de saúde;
- Identificação da relação entre problemas de saúde e condições de vida;
- Implementação de processos de reflexão, junto aos indivíduos, grupos sociais e coletividades, acerca de suas condições de saúde/doença;
- Realização de atividades educativas;
- Orientação à população quanto a medidas de proteção à saúde (alimentação);
- Higiene pessoal; limpeza, acondicionamento e destino do lixo, cuidados com a água e dejetos, (prevenção de acidentes domésticos e outras);
- Promoção e implementação de ações intersetoriais;
- Orientação à família e/ou portador de necessidades especiais quanto às medidas facilitadoras para a sua máxima inclusão sociais;
- Participação e mobilização da população para participar de reuniões do conselho local de saúde e de outros conselhos locais;
- Identificação das condições ambientais e sanitárias que constituem risco para a saúde de indivíduos e populações;
- Identificação, na micro-área, as doenças relacionadas aos problemas sanitários e ambientais locais;
- Orientação dos indivíduos e grupos quanto a medidas de redução ou prevenção de riscos ambientais e sanitários em saúde;
- Orientação dos moradores e famílias quanto aos cuidados relacionados ao ambiente domiciliar e Peri domiciliar;
- Realização de acompanhamento da micro-área, utilizando indicadores definidos pela equipe de saúde;
- Identificação de indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais de saúde;

- Orientação à famílias e grupos na identificação de sinais indicativos de problemas de saúde;
- Comunicação à unidade básica de saúde da respectiva micro-área os casos existentes de indivíduos ou grupos que necessitam de cuidados especiais;
- Encaminhamento para a unidade básica de saúde as demandas de atendimento identificadas na população da micro área, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde;
- Sensibilização dos familiares e seu grupo social para a convivência com os indivíduos que necessitam de cuidados especiais;
- Organização dos registros de acompanhamentos domiciliares, conforme estabelecido pela unida básica de saúde;
- Orientação e acompanhamento das gestantes e seus familiares nos cuidados relativos à gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o recém nascido;
- Orientação das famílias e grupos quanto à saúde sexual e reprodutiva;
- Acompanhamento do crescimento e o desenvolvimento infantil e a situação vacinal das crianças, conforme planejamento da equipe de saúde;
- Orientação dos indivíduos e famílias sobre as medidas de prevenção e controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis.

12. FORMA DE ACESSO AO CURSO

Para o acesso ao Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subseqüente – Educação à Distância é exigido o Ensino Médio completo, aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino do IFPR em parceria com o Campus e para os aprovados no processo seletivo, a conclusão e aprovação do Componente Curricular Metodologia em EAD disponível no Portal.



13. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A representação gráfica do perfil de formação do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde EaD apresenta a estrutura formativa do curso, indicando a distribuição percentual das atividades curriculares segundo a natureza acadêmica dos componentes curriculares.

Os componentes curriculares específicos estão apresentados em 50% das horas em estúdio e 25% em atividades Autoinstrutivas e 25% em atividades Supervisionadas, visam desenvolver um conjunto de habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento das atividades específicas da habilitação.

Os componentes curriculares de formação básicos e específicos irão fundamentar os conhecimentos da área e contribuirão como ferramentas e apoio no entendimento e aplicação dos conhecimentos técnicos científicos. Veja a seguir a representação gráfica do perfil do curso, distribuídos na proporção de horas aulas em estúdio e horas de **Atividades Complementares** de leitura e estudos dirigidos em exercícios dos livros que denominamos de **Atividades Autoinstrutivas (AA)** e as atividades ora também orientadas e dirigidas denominadas de **Atividades Supervisionadas (AS)**.



Figura 1 – Perfil Gráfico do Curso de Agente Comunitário de Saúde



14. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os quatro semestres seqüenciais constituem a organização curricular com uma carga horária total de 1.210 hora. O curso não terá certificação intermediária, e o aluno que concluir os quatro módulos (todos os Componentes Curriculares) receberá **Diploma de Técnico em Agente Comunitário de Saúde**, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

A Matriz Curricular do Curso Técnico Agente Comunitário de Saúde está sistematizada em módulos, definidos pelos eixos temáticos Sociedade, Ciência e Saúde, Tecnologia, Cidadania e Mundo do Trabalho e Pesquisa tecnológica desenvolvidos por módulos. Estes módulos foram planejados dentro de uma seqüência lógica e que dá liberdade do aluno entrar no início de qualquer um dos módulos sem depender dos Componentes Curriculares específicos anteriores para continuar no curso. Colocamos apenas um pré-requisito para que o aluno possa entrar no curso além do exame seletivo, que é a aprovação no Componente Curricular de **Metodologia em EaD** que estará disponível para que possa realizá-la em qualquer momento, e podendo entrar no curso e dar andamento nos Componentes Curriculares à medida que os educandos avançam de um módulo para o outro e finalizando posteriormente.

Apresentação dos módulos

O Módulo I é de caráter de fundamentação o qual trabalha conceitos, dados e noções que oferecerão conhecimentos para o entendimento e aplicação dos conhecimentos técnicos científicos com ênfase na promoção da saúde e da segurança do trabalho e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde. O Módulo II contempla basicamente as competências ligadas organização do trabalho em saúde e educação para o auto cuidado. O Módulo III enfoca a prevenção o planejamento e a gestão em saúde e o modulo IV os programas de Saúde e as prevenções de doenças.

Interação interdisciplinar - entre os Componentes Curriculares

No intuito de promover a interação interdisciplinar e entre os conhecimentos apresentados nos módulos serão desenvolvidos projetos integradores que possibilitam a visão crítica e integrada dos conhecimentos, buscando a constante inovação, criatividade e o desenvolvimento de competências. O modelo de integração de conhecimentos permite o desenvolvimento de competências a partir da aprendizagem pessoal e não somente através do ensino unilateral. Os projetos integradores procuram estabelecer a ambientação da aprendizagem, estimulando a resolução de problemas. Neste Plano, o desenvolvimento de projetos integradores tem por objetivo integrar os conhecimentos do mesmo módulo, promovendo o desenvolvimento de competências, como: a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo mundo do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Almeja-se, com o desenvolvimento dos projetos integradores, a formação de um profissional com capacidade de pensar de forma reflexiva, com autonomia intelectual e sensibilidade ao relacionamento interdisciplinar, capaz de aplicar, numa mesma atividade um universo de informações adquiridas através dos vários contextos e situações de aprendizagem vivenciadas.



15. MATRIZ CURRICULAR

MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES	HORAS/AULA		
		TL	AI	AS
MÓDULO I	Fundamentos do Trabalho do Agente Comunitário de Saúde	20	10	10
	Políticas de Saúde no Brasil	20	10	10
	Atenção Básica: organização da Atenção à Saúde e Territorialização	20	10	10
	Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal	20	10	10
	Vigilância em Saúde: Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador	20	10	10
	Psicologia Aplicada à Saúde	20	10	10
	Sub Total	120	60	60
MÓDULO II	Ética Profissional	20	10	10
	Noções de Microbiologia e Parasitologia	20	10	10
	Família: Ampliação do Conceito, Especificidades e Diferenças.	20	10	10
	Doenças Endêmicas e Indígenas	20	10	10
	Sociologia	20	10	10
	Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo	20	10	10
	Sub Total	120	60	60
MÓDULO III	Construção de Redes Comunitárias de Promoção da Saúde	30	15	15
	Promoção da Saúde Mental	30	15	15
	Atendimento de Emergência	30	15	15
	Planejamento em Saúde Coletiva	30	15	15
	Epidemiologia Aplicada à Saúde Pública	30	15	15
	Ação Educativa do ACS na Prevenção e Controle das Doenças agravos com Enfoque nas Doenças Transmissíveis	30	15	15
	Sub Total	180	90	90
MODULO IV	Saúde da Mulher e do Recém nascido	30	15	15
	Saúde da Criança e do Adolescente	30	15	15
	Desenvolvimento de Projeto Educativo na Comunidade	30	15	15
	Doenças Emergentes e Re-Emergentes na Saúde Coletiva	30	15	15
	Saúde do Homem e do Idoso	30	15	15
	Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde de Pessoas com Necessidades Especiais	30	15	15
	Sub Total	180	90	90
		600	300	300
Pré - Requisito	Metodologia em EaD	10	05	05
	Total Geral		1.220 horas	

Legenda: TL – Teleconferências Interativas
AI – Atividades Auto-Instrutivas
AS – Atividades Supervisionadas



17. DESCRIÇÃO E EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1º MÓDULO

EMENTA: Origem e evolução, Atribuições do Agente Comunitário, Agente de Saúde da Família, Mobilização Nacional dos Agente de Saúde - MNAS, Características da profissão. Atribuições, Legislação pertinente à área de atuação. Possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, L. J. VILAR, A L. R. ; FERNANDES, P. V. Precarização do trabalho do Agente

Comunitário de Saúde: um desafio para a gestão do SUS, Rio Grande do Norte, 2004. Disponível em: www.observatorio.nesc.ufrn.br/artigo/Politica.php?codigo=195.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programas de agentes comunitários de saúde. Brasília : Brasil . Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde. Brasília ,2004.

BRASIL 2001b. Programa de Agente Comunitário de Saúde-PACS. Secretaria Executiva, Ministério da Saúde, Brasília.

NOGUEIRA, P. R. SILVA, R. B. F. Z. A vinculação institucional de um trabalhador suigeneris – o agente comunitário de saúde. Disponível em: www.unb.br/ceam/nesp/polrhs, 2000.

PIERANTONI, C. R. Estudos sobre as formas de contratuais dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS): modalidades e alternativas de contratação. SEGETES, Brasília, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROZA, J. R.; RODRIGUES, V. A. O Programa de Saúde da Família e a regulação dos vínculos institucionais externos. In: Brasil, Ministério da Saúde. Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: estudos e análises. Org Falcão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. P.59-74.

SOUZA, H. M. Reforma da Reforma [editorial]. Revista Brasileira de Saúde da Família. Ano II, nº 4, págs. 2-3, janeiro, 2002.

**COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL****1º MÓDULO**

EMENTA: Discute e analisa, de forma crítica, as políticas de saúde do Estado brasileiro. A questão do papel do Estado capitalista é abordada, com ênfase na experiência internacional da política de Estado de Bem Estar. O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) é analisado nas suas dimensões histórica, administrativa e política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bodstein RCA. Estado de bem-estar social e cidadania: questões para o debate sobre políticas sociais. *Saúde em Debate* 30: 21-25, 1990.

Brasil-Ministério da Saúde. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*(1997). 2ªed. Brasília: MS, 1998. 36p.

Bresser Pereira LC. [Proposta de reforma administrativa do sistema de saúde, particularmente na parte que diz respeito ao sistema de assistência médico-hospitalar (Outubro de 1995)]. <<http://www.datasus.gov.br/cns/temas/MARE.htm>> 7p.

Capistrano FoD. O programa de saúde da família em São Paulo. *Estudos Avançados* 13(35): 89-100, 1999.

Carvalho BG, Martin GB, Cordoní JrL. A organização do sistema de saúde no Brasil (cap.

2). In: Andrade SM, Soares DA, Cordoní JrL (orgs.). *Bases da Saúde Coletiva*. Londrina: UEL/Abrasco, 2001. pp. 27-59.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Tapajós R. *História das Políticas de Saúde no Brasil [vídeo]*. São Paulo: SMS-SP.Cefor, 1992. [+ 42min.]

Marques RM, Mendes A. O financiamento da atenção à saúde no Brasil. In: Brasil-

Ministério da Saúde. *Caderno da 11ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília:

Ministério da Saúde, s.d. [2000] pp. 118-138.

Mendes EV, Teixeira CF, Araújo EC, Cardoso MRL. Distritos sanitários: conceitos-chave

(cap. 3). In: Mendes EV (org.). *Distrito Sanitário. O Processo Social de Mudança de*

Práticas Sanitárias do Sistema Único de Saúde (1993). 3ª ed. São Paulo: Abrasco/Hucitec, 1995. pp. 159-185.



COMPONENTE CURRICULAR: ATENÇÃO BÁSICA: ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E TERRITORIALIZAÇÃO

1º MÓDULO

EMENTA: Conceito. Micro área e área de abrangência. Contradição territorialização e mundialização. Metodologia da territorialização. Participação Social. Conceito de território; Metodologia da territorialização: critérios operacionais, definição de prioridades, magnitude dos problemas e alternativas de intervenção e vulnerabilidade, participação social e territorialidade virtual; Territorialização em Saúde: vigilância em saúde, equidade, acesso, intersetorialidade e atores sociais. Mapeamento. Diagnóstico da comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONKEN, M. E BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol.21. no.3. Rio de Janeiro. Mai/jun/2.005

UNGLERT, C.V.S. **Territorialização em Sistemas de Saúde**. In: Eugênio Villaça Mendes. *Distrito Sanitário: processo social de mudança das práticas do Sistema Único de Saúde*. São Paulo: Hucitec, 1.993.

BRASIL, M.S. PACTOS PELA VIDA, EM DEFESA DO SUS. BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2006

SANTOS, A.S.; MIRANDA, S. M.R.C. A ENFERMAGEM NA GESTÃO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, BARUERI, SP, MANOLE. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, T. & DAVID, H.M.S.L. & DELSON, C.M.M.S. ENFERMAGEM E CAMPOS DE PRÁTICA EM SAÚDE COLETIVA, SÃO PAULO. ATHENEU. 2008.

FIGUEIREDO, N. & TONINI, T. SUS E PSF PARA ENFERMAGEM: PRÁTICAS PARA O CUIDADO EM SAÚDE COLETIVA. SÃO CAETANO DO SUL, SP, YENDIS. 2007.

WEBER, C.A.T. PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: EDUCAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO, SÃO PAULO. AGE. 2004



COMPONENTE CURRICULAR: ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL

1º MÓDULO

EMENTA: Determinação do processo social de produção dominante numa sociedade, a produção da saúde.-doença. Desenvolvimento histórico da odontologia. Relações da estrutura econômica e a superestrutura na consolidação de uma sociedade com diferenças no acesso a saúde e a educação. Introdução à saúde bucal coletiva. Os direitos do cidadão brasileiro. O processo social de produção. A estrutura econômica e a determinação social. A exclusão social. A prática odontológica como prática liberal. As perspectivas do SUS. Processo saúde-doença. Diretrizes em saúde e saúde bucal. A influência superestrutural. Comunicação e Transferência. O desenvolvimento do ser humano e o processo educativo formal e informal. Transferência em saúde e saúde bucal. O impacto dos meios massivos de comunicação Odontologia no SUS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Revista Saúde em Debate. No 18, 1985.
Revista Saúde em Debate. N.º 32:60-65, 1991.
Revista Divulgação em Saúde para Debate, 1991.
Chiaui, Marilena. O que é ideologia. Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Brasil, Primeira Conferência Nacional de Saúde Bucal.
Brasil, Segunda Conferência Nacional de Saúde Bucal.
Diretrizes de Saúde Bucal para o DF. NNO. SSDF, 1995.



COMPONENTE CURRICULAR: O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DO AMBIENTE SAUDÁVEL

1º MÓDULO

EMENTA: Ambiente saudável, enfoque de risco e poluente. Vigilância em saúde. Saneamento ambiental. Riscos ambientais e sanitários. Doenças prevalentes na micro-área. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Cadeia de transmissão de doenças. O processo de resistência e imunidade do hospedeiro e suas diversas respostas à agressão do agente infeccioso. Medidas de prevenção individual e coletiva das principais doenças transmissíveis e não-transmissíveis. Doenças de notificação compulsória. Medidas de monitoramento das enfermidades segundo protocolos de a saúde pública. Condições de risco ambiental. Riscos e agravos de saúde associados ao trabalho. Medidas de prevenção de acidentes domésticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONKEN, M. E BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol.21. no.3. Rio de Janeiro. Mai/jun/2.005.

BRASIL, 1993. MS Norma Operacional Básica 001/93

BRASIL, 1996. MS Norma Operacional Básica 001/96

BRASIL, MS. 10ª Conferência Nacional de Saúde, Construindo um modelo de atenção à saúde. **Anais**. Brasília, D. F. 1996

BRASIL, AANVISA/MS. Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório Final. Brasília, D.F. 2001.

BRITO, M. C. M. et al. 2001 Vigilância Sanitária em transformação no Estado de Goiás.

Divulgação em Saúde Para Debate, Rio de Janeiro, nº 25: 37-45

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, E. A Política de Vigilância sanitária: balanço e perspectivas, In: Cadernos da i de Vigilância Sanitária, Brasília, ANVISA, MS, 2001.

VILASBOAS, Ana Luiza **Vigilância à saúde e distritalização: a experiência de Pau da**

Lima (dissertação de Mestrado). ISC-UFBA, Salvador, out. de 1998, 114 p. e anexos

TEIXEIRA, C. F. 2002 *Promoção e vigilância no contexto da Regionalização da Assistência à Saúde no SUS*. **Cadernos de Saúde Pública**



COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE

1º MÓDULO

EMENTA: Conceitos de psicologia no desenvolvimento humano, seus relacionamentos e valores pessoais. Fases do desenvolvimento humano; Características e fatores intervenientes no desenvolvimento; Relacionamento interpessoal; Desenvolvimento moral. Rede de relações do indivíduo e seu impacto na estruturação da personalidade. Família, instituições educacionais e religiosas; Agrupamentos por idade e gênero; Técnicas de dinâmicas de grupo; Fatores intervenientes nos relacionamentos intra grupal e intergrupal: ética, valores, mitos; Relação interpessoal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Fontes, FONSECA FILHO, José. Psicodrama da Loucura, correlações entre Buber e Moreno. São Paulo: Agora, 1980.

RINÈRE. Enrique Pichon. Teoria do Vínculo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

SPITZ, René A. O Primeiro Ano de Vida. São Paulo: Editora Martins 1980.

ALBERTI, Robert E.; EMMANS, Michael J. Comportamento assertivo um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RICHTER, Horst E. A Família como Paciente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIAGET. J. Seis Estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

RODRIGUES, Robert E. Psicologia Social para principiantes. Petrópolis: Vozes, 1992.

**COMPONENTE CURRICULAR: ÉTICA PROFISSIONAL****2º MÓDULO**

EMENTA: Ética e moral. Valores humanos e morais. Mandamentos da ética. Elementos da ética; Consciência ética. Conduta ética. Ética e cidadania. Ética nas culturas. Ética na educação. A crise da ética. Dilema. Cinco valores que permeiam as relações humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Ensaio: bioética, COSTA, S. & DINIZ, D. São Paulo. Brasiliense. 2006

Bioética: princípios morais e aplicações, DALL´AGNOL, D. Rio de Janeiro. DP&A. 2004

Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. OGUISSO, T& ZOBOLI, E. São Paulo. Manole. 2006.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional.** Petrópolis, 1999

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética.** 2.ed. Rio de Janeiro. Nova fronteira: 2003

CUNHA, Maria de Lourdes da. & GOUVEIA & Lene Revoredo. **A ética:** como fundamento dos projetos humanos. São Paulo, Saraiva: 2012

DISKIN, Lia e outros. **Ética, valores humanos e transformação.** 4.ed. Peirópolis, São Paulo: 1998

GALLO, Silvio (coord.) **Ética e cidadania.** 20.ed. Campinas, Papirus. 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATOS, Francisco Gomes de. **Ética:** na gestão empresarial. 2.ed. São Paulo, Saraiva: 2011

NILO, Agostini. **Ética cristã e desafios atuais.** Petrópolis, Vozes,: 2002

Sá, Antonio Lopes de. **Ética e valores** humanos. Curitiba, Juruá, 2007

VALLS, Álvaro L.M. **O que é ética.** Brasiliense São Paulo: 1995

VAZQUES, Adolfo Sanches. **Ética.** 13.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1992

ZAJDSZNAJDER, Luciano. **Ser ético no Brasil.** Rio de Janeiro. Gryphus, 2001

Um grito por dignidade de viver. PESSINI, L. Um grito por dignidade de viver. São Paulo, Paulinas. 2006.

**COMPONENTE CURRICULAR: NOÇÕES DE MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA****2º MÓDULO**

EMENTA: Diagnóstico Laboratorial. Viroses, drogas Antivirais e vacinas virais. Estudo das características morfológicas e fisiológicas da célula bacteriana. Controle dos microrganismos por agentes físicos e químicos. Agentes antimicrobianos e mecanismo de resistência bacteriana. Microbiota normal do homem e mecanismos regulatórios. Controle do crescimento microbiano. Fatores de virulência bacteriana. Estudo das principais bactérias patogênicas ao homem. Conceitos básicos em parasitologia. Estudo dos protozoários, helmintos e artrópodes parasitas do homem; Ciclos biológicos, Mecanismos implicados no parasitismo, Patogenia e patologia relacionados à interação parasita/hospedeiro. Noções Gerais de fungos e micoses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMATO, N.V.; AMATO, V.S.; GRYSCHKEK, R.C.B.; TUON, F.F. **Parasitologia – uma abordagem clínica**. 1ª edição. Elsevier, 2008. 456p.

BERENQUER, J.G. **Manual de Parasitologia: Morfologia e Biologia dos Parasitos de Interesse Sanitário**. 1ª Edição. Argos, 2006. 408p.

BURTON, G.R.W & ENGELKIRK, P.G. **Microbiologia para Ciências da Saúde**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 444p.

CHAMPE, P.C.; HARVEY, R.A.; FISHER, B.D. **Microbiologia Ilustrada**. 2ª Edição. Artmed, 2008.

JAWETZ, E. & LEWINSON, W. **Microbiologia Médica e Imunologia**. 7ª Edição. Artmed, 2005. 632p.

LACAZ, C.S *et al.* **Tratado de Micologia Medica**. 9ª Edição. Sarvier Editora. 1120p.

MURRAY, P.R.; PFALLER, M.A.; ROSENTHAL, K.S. **Microbiologia Médica**. 5ª edição. Elsevier, 2006.

NEVES, D.P.; MELO, A.L.; LINARDI, P.M. *et al.* **Parasitologia Humana**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2005. 494p.

SCHAECHTER, M.; ENGLEBERG, N. C.; EISENSTEIN, B. I. e MEDOFF, G. **Microbiologia – Mecanismos das Doenças Infecciosas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

TRABULSI, L.R. & ALTERTHUM, F.A. **Microbiologia**. 5ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2008. 780p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOARES, M.M. & RIBEIRO, M.G. **Microbiologia Prática Roteiro e Manual: Bactérias e fungos**. Atheneu, 2002. 112p.

WASHINGTON, C.W. & KONEMAN, E.W. **Diagnóstico Microbiológico – Texto e Atlas colorido**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 1608p.

WIGG, M.D.; ROMANOS, M.T.V.; SANTOS, N.S.O. **Introdução à Virologia Humana**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 548p.

NEVES, D. P., Parasitologia Dinâmica. São Paulo. Atheneu. 2006

REY, L., Parasitologia. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2008



COMPONENTE CURRICULAR: O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE À FAMÍLIA E GRUPOS VULNERÁVEIS

2º MÓDULO

EMENTA: Conceitos teóricos para pesquisas e práticas em Promoção de Saúde da família. Métodos para estudo de saúde das famílias. Instrumentos para levantamento de dados. Redes de apoio e suporte social. Construção de intervenções. Inovação do cuidado para Promoção de Saúde nas famílias. Conceituações de vulnerabilidade social à saúde. Fatores de vulnerabilidade na infância e adolescência nas sociedades contemporâneas: exposição ao uso abusivo de substâncias psicoativas; exclusão social e suas interfaces com a violência; sexualidade e fatores sociais e culturais de risco; relações de gêneros, entre outros. Políticas públicas para proteção à infância e juventude. Questões de saúde e relações de gêneros, violência doméstica, saúde da mulher, saúde reprodutiva e sexualidade. Envelhecimento e saúde, Qualidade de Vida na terceira idade, aspectos psicossociais da terceira idade e saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde:** Lei nº 8.080. Dispões sobre a organização do

Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990a.

_____. **Lei nº 8142.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990b.

_____. **Portaria nº 1886/GM,** de 18 de dezembro de 1997. Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Saúde. **Atenção Básica e Saúde da Família.** Departamento de Atenção Básica: DAB. Brasília, 2004. Disponível em <<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php>>. Acesso em 10 de setembro de 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Manual do PSF.** Brasília-DF, 2005. Disponível em

<http://www.portalsaudepsf.com.br/manual.htm>>. Acesso em 18 de agosto de 2009.

_____. **Medida Provisória nº 297,** de 9 de junho de 2006. Brasília, 2006. Disponível

em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402772.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da família - uma abordagem**

interdisciplinar. Ed. Rubio Ltda. Rio de Janeiro-RJ, 2004.

**COMPONENTE CURRICULAR: DOENÇAS ENDÊMICAS E INDÍGENAS****2º MÓDULO**

EMENTA: Epidemiologia das Doenças Endêmicas. Estudo da transição epidemiológica e demográfica brasileira. Doenças endêmicas infecciosas. Trajetória histórica e distribuição no espaço. Políticas públicas e metodologias de prevenção e controle. Vigilância a saúde. Noções de ecologia voltada para as endemias; Etiologias, transmissão e características patológicas e epidemiológicas das Endemias em regiões suscetíveis, implicações sociais, econômicas e anatomo-fisiológicas das principais endemias brasileiras em regiões de mata e florestas. Doenças relacionadas ao índio e as regiões específicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERENQUER, J.G. **Manual de Parasitologia: Morfologia e Biologia dos Parasitos de Interesse Sanitário**. 1ª Edição. Argos, 2006. 408p.

LEAO, R.N.Q. **Doenças Infecciosas e Parasitárias – Enfoque Amazônico**. CEJUP: UEPA: Instituto Evandro Chagas, 1997. 886p.

MURRAY, P.R.; PFALLER, M.A.; ROSENTHAL, K.S. **Microbiologia Médica**. 5ª edição. Elsevier, 2006.

NEVES, D.P.; MELO, A.L.; LINARDI, P.M. *et al.* **Parasitologia Humana**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2005. 494p.

REY, L. **Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nas Américas e África**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

TRABULSI, L.R. & ALTERTHUM, F.A. **Microbiologia**. 5ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2008. 780p.

WIGG, M.D.; ROMANOS, M.T.V.; SANTOS, N.S.O. **Introdução à Virologia Humana**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 548p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NEVES, D.P. & NETO, J.B.B. **Atlas Didático de Parasitologia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. 112p.

NEVES, D.P. **Parasitologia Dinâmica**. 1ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2005. 500p.



COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA

2º MÓDULO

EMENTA: A Sociologia no cotidiano. Política e cidadania. Participação e mobilização social: conceitos, fatores que facilitam e/ou dificultam a ação coletiva de base popular.

Lideranças: conceito, tipos e processos de constituição de líderes populares. Cultura, identidade e diversidade. Saúde e doença como construções sociais. Família: ampliação

do conceito, especificidade e diferença. Estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente a família. Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
2. CANESQUI AM, organizador. Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva. São Paulo: Hucitec /Rio de Janeiro: Abrasco; 1995. p.123-32
3. LE BRETON, D. A Sociologia Do Corpo. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. 104 pp.
4. ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz, Sociologia da Saúde. Educs: São Paulo. 2 ed. 2008. 397p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CADERNOS DE SOCIOLOGIA. Natureza, História e Cultura. Repensando o Social. Porto Alegre: UFRGS/PPGS. 1993 (número especial).
2. DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1990, 287p.



COMPONENTE CURRICULAR: TÉCNICAS E DINÂMICAS DE TRABALHO EM GRUPO

2º MÓDULO

EMENTA: O trabalho em grupo como estratégia para o estabelecimento de um relacionamento interpessoal empático. Estratégias e técnicas para facilitar o autoconhecimento, o desenvolvimento de autoimagem, autoconceito, autoestima, expressividade emocional, tomada de decisão, feedback, empatia, cooperação e direção de grupo. O processo de mudança comportamental como agente de mudança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Antunes, C. Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de Ludoterapia. Petrópolis, ed. Vozes, 1987.

Fritzen, J.S. Exercícios práticos de grupo e de relações humanas. Petrópolis, Vozes, 1974.

Fritzen J. S. Relações humanas interpessoais. Petrópolis, Vozes, 1987.

Jalowizki, Marise, Jogos e Técnicas Vivências nas Empresas, Ed. Madras Business, 2001.

Miranda, Simão, Novas Dinâmicas para Grupos, A Aprendizagem do Conviver, Papyrus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Moscovici, Fela, Equipes dão Certo, A multiplicação do Talento Humano, Ed. José Olímpio 2001.

Simionato, Regina B. Dinâmicas de Grupo para Treinamento Motivacional, Papyrus, 2004.

Yozo, Ronaldo Yudi K. 100 Jogos para Grupos, Ed. Ágora 1996.

Vergara, Sylvia Constant, Ed. Atlas, 2000.



COMPONENTE CURRICULAR: CONSTRUÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

3º MÓDULO

EMENTA: Redes sociais. Conselho gestor. Controle social. Estratégias metodológicas. Formação de redes intersetoriais, Princípios norteadores do processo de desenvolvimento de uma rede social intersetorial e os passos necessários para a construção de um projeto coletivo. Processo de Grupalização. O papel de facilitadores de rede. Sustentabilidade. gestão de políticas públicas inovadoras. DESCRITORES. Sem teto. Promoção da saúde. Redes comunitárias. Condições sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DA MATTA, R., 1991. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.

MS (Ministério da Saúde), 1998. *Saúde da Família: Uma Estratégia para a Reorientação do Modelo Assistencial*. Brasília: MS.

PAIM, J., 1982. As ambigüidades da noção de necessidades de saúde. *Revista Planejamento*, 8:39-46.

RISÉRIO, A., 2000. *A Via Vico e Outros Escritos*. Salvador: Oiti Editora.

SOLLA, J. J. S.; MEDINA, M. G. & DANTAS, M. B. P., 1996. O PACS na Bahia: Avaliação do trabalho dos agentes comunitários de saúde. *Saúde em Debate*, 51:4-15.

BARNES, J.A (1987). Redes sociais e processo político in: *A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização e Introdução de Bela Feldman-Bianco*. São Paulo, Global, 1987, pp.159-92

BRASIL, Ministério da Saúde. (2004). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas estratégicas. *Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial/*

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília, Ministério da Saúde.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TRAD, L. A. B., 1999. Problematizando a interação entre profissionais de saúde e famílias no contexto do Programa de Saúde da Família. *Interface*, 2:103-106.

TRAD, L. A. B. & BASTOS, A. C. S., 1998. O impacto sociocultural do Programa de Saúde da Família (PSF): Uma proposta de avaliação. *Cadernos de Saúde Pública*, 14:429-435.

ALVES, Maria de Fátima Pereira. (1998). *A família como suporte da política de saúde mental em Portugal*. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, (Dissertação de Mestrado).

**COMPONENTE CURRICULAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL****3º MÓDULO**

EMENTA: Reflexão sobre os conceitos de saúde mental dentro da perspectiva da saúde coletiva, privilegiando a interdisciplinaridade, o trabalho em grupo operativo, saúde mental comunitária, a ampliação do campo da saúde mental após o movimento da reforma psiquiátrica. Saúde – doença mental; aspectos histórico-culturais e sócio-políticos da psiquiatria; reforma psiquiátrica e espaços substitutivos; promoção e prevenção em saúde mental; princípios de comunicação terapêutica; relacionamento terapêutico e atividades terapêuticas grupais; processo de cuidado em saúde mental; saúde mental no contexto familiar; transtornos psíquicos e ações de enfermagem. Prevenção, tratamento e reinserção social do usuário de substância psicoativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Conselho Nacional de Saúde. Brasília. Ministério da Saúde. 2001.

CORREA, R.G. 2011. Introdução à Reabilitação de Dependentes Químicos. IFPR- EaD. www.ifpr.edu.br.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Reforma Psiquiátrica e Manicômios Judiciários: Relatório Final do Seminário Nacional para a Reorientação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Brasília. Ministério da Saúde. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, D. N. A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. Estudos e Pesquisas em Psicologia. RJ. UERJ. 2008.

STEFANELLI, M.C& FUKUDA, I. M.K & ARANTES, E. C. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo. Manole. 2008.

AMARANTE, P. (org.). **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro. Panorama/ENSP. 1995.



COMPONENTE CURRICULAR: ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

3º MÓDULO

EMENTA: Revisão de anatomia e fisiologia. Avaliação e exame inicial da vítima. Desobstrução das vias aéreas. Ressuscitação cardiopulmonar. Ferimentos. Hemorragia. Choque. Fratura. Bandagem. Luxação. Entorse. Imobilização e remoção. Princípios da mecânica corporal. Queimadura. Envenenamento. Acidentes com animais peçonhentos. Afogamento. Parto de emergência. Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida., Choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo. Parto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOVAES, G; NOVAES, J. ALKIMIM,R., Socorros e urgências. Rio de Janeiro. Shape, 2005.

CORREA., R. G. Urgência e Emergência. IFPR – EaD. 2012. www.ifpr.edu.br

SANTOS, N.C.M. Urgência e emergência para a enfermagem do atendimento pré-hospitalar a sala de emergência. São Paulo. Íatria. 2007.

HAFEN, B.Q.; KARREN, K.J.; FRANDSEN, K., Primeiros socorros para estudantes. São Paulo. Manole. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, B.F.M. Trauma: atendimento pré-hospitalar. São Paulo. Atheneu. 2004

SANTORO, D. et.al.,. Cuidados de enfermagem em terapia intensiva. Rio de Janeiro. Águia Dourada. 2008.



COMPONENTE CURRICULAR: A AÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PLANEJAMENTO PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE

3º MÓDULO

EMENTA: Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB): conceito, finalidades, fluxo, preenchimento dos formulários e análise dos dados. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, nutrição, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica. Mapeamento sócio-político e ambiental: finalidades e técnicas. Interpretação demográfica. Conceito de territorialização, micro-área e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Indicadores sócio-econômicos, culturais e epidemiológicos. Indicadores de saúde. Estratégias de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELISÁRIO, Soraya Almeida (Org.). **Gestão Municipal de Saúde:** textos básicos. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. cap. 7. p. 193-200

CONILL EM, **Sistemas comparados de saúde; uma breve introdução sobre análise comparada em saúde.** Tratado em Saúde Coletiva. Abrasco. 2006.

CUNHA, J P P & Cunha, R. **Sistema Único de Saúde - Sus: Princípios Caderno de Textos de Planejamento E Gestão em Saúde,** NESCON/FM/UFMG. 2008.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, Saúde & Doença.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Planejamento familiar: manual para o gestor.** 1. ed. Brasília: 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. A programação local de saúde, os Distritos Sanitários e a necessidade de um enfoque estratégico. *Cad.Saúde Pública* [online]. 1989, v. 5, n. 1, pp. 60-81.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRASCO/ABEP, 1994. Grupo Técnico de Informações em Saúde e População (GTISP). Informação em Saúde a Serviço da Sociedade. In: *Uso e Disseminação de Informação em Saúde: Subsídios para a elaboração de uma política de informações para o SUS.* Ministério da Saúde e ABRASCO: Oficina de Trabalho - Relatório Final, anexo 01, pp. 27-44

AYRES, J. R. de C. Mesquita. Humanização da assistência hospitalar e o cuidado como categoria reconstrutiva. In: *Ciência & Saúde Coletiva: "Ética e Humanização"*. Rio de Janeiro: ABRASCO. Volume 9, nº 1, 2004.

BERLINGUER, G., 1994. Prioridades en Salud y Prioridad de la Salud. *Revista Saúde em Debate*, 42: 70-75.

BODSTEIN R. Atenção básica na agenda da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(3), 401-12, 2002

**COMPONENTE CURRICULAR: EPIDEMIOLOGIA APLICADA À SAÚDE PÚBLICA****3º MÓDULO**

EMENTA: Epidemiologia para a população ou grupo de pessoas. A Epidemiologia indispensável do estudo do fenômeno saúde-doença na população, sua ocorrência, distribuição e fatores determinantes. Estudos epidemiológicos fundamentais na avaliação do impacto de medidas de controle de doenças. O planejamento da organização de um serviço de saúde e a avaliação das suas atividades na saúde da população e as bases da Epidemiologia. Princípios e métodos no diagnóstico de saúde da população e na identificação dos fatores determinantes dos seus agravos, sugerindo os melhores meios de promoção, proteção e recuperação da saúde. Conceito saúde-doença; níveis de prevenção; introdução à epidemiologia. Metodologia epidemiológica e epidemiologia descritiva. Epidemiologia analítica. Vigilância epidemiológica; Epidemiologia nos serviços de saúde. Bioestatística - apresentação de dados. Bioestatística - Medidas de Concentração e Medidas de dispersão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROQUAYROL, M.Z. et al. Epidemiologia & Saúde 3ed., Rio de Janeiro: MEDSI, 1988.

BARROS, F.C. & VICTORA, C.G. Epidemiologia da Saúde Infantil. São Paulo: Hucitec-Unicef, 1991, 177 p.

MINAYO, M.C.S. Quantitativo e qualitativo em indicadores de saúde: revendo conceitos. In: LIMA E COSTA, M.F. & DE SOUSA, R.P. (Orgs.) Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia. Belo Horizonte, COOPMED/ABRASCO, Anais do II congresso Brasileiro de Epidemiologia, 1994. pp. 25-33.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Levantamento epidemiológico em saúde bucal: Brasil, zona urbana, 1986. Brasília: Ministério da Saúde Divisão Nacional de Saúde Bucal. 1988, 137.

PINTO, V.G. A questão epidemiológica e a capacidade de resposta dos serviços de saúde bucal no Brasil. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1992. 217 p. (Tese de doutoramento).

**COMPONENTE CURRICULAR: AÇÃO EDUCATIVA DO ACS NA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS - ENFOQUE NAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS****3º MÓDULO**

EMENTA: Educação e Saúde. Prevenção e controle de agravos não transmissíveis (descontroles hormonais, hiper e hipotensão arterial e diabetes). Transmissibilidade das doenças. Transmissão, prevenção e controle das doenças transmissíveis. Relação entre educação e saúde. Função da educação na preservação da saúde segundo diferentes paradigmas. Contribuição do educador na formação de recursos humanos para a saúde. Metodologias educacionais aplicáveis a programas de saúde. Dinâmicas de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRAHER, T. N., Aprender pensando: Contribuição da psicologia cognitiva para a educação. Petrópolis. Vozes. 1986.

FREIRE, P., Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1970.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde.** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório da Consulta Pública da Minuta de Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde.** Brasília, 2004.

Coura JR. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias.** Vol. I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FOCACCIA, Roberto (ed) Veronesi. **Tratado de infectologia** 3 ed, rev.ve atual. São Paulo: Atheneu, 2006.1v

FOCACCIA, Roberto (ed) Veronesi. **Tratado de infectologia** 3 ed, rev.ve atual. São Paulo: Atheneu, 2006.2v.

GUYTON, A.C. & HALL, J.E. **Tratado de Fisiologia Médica.** 11ª Edição. Elsevier, 2006. 1152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Associação Brasileira de Enfermagem. **Perfil de competência profissionais do Agente Comunitário de Saúde (ACS).** 2003.

NUNES, Mônica de Oliveira. **O agente comunitário de saúde: construção da identidade desse personagem híbrido e polifônico.** Cad. Saúde Pública, Dez 2002, vol.18, no.6, p.1639-1646.

**COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE DA MULHER E DO RECÉM NASCIDO****4º MÓDULO**

EMENTA: Alterações fisiológicas e psicossociais da mulher. **Atenção no âmbito individual** e coletivo, no contexto social, político, cultural e econômico. Programas municipais, estaduais e nacionais de saúde. Assistência à parturiente, puerperal e aleitamento. Redução de doenças e agravos ginecológicos e obstétricos. Humanização no processo de parto e nascimento. Desenvolvimento biológico: puberdade, climatério, sexualidade e senilidade. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Recém nascido, Assistência, Patologias, Prematuridade, Infecções Neonatais, filho de mãe diabética e hiperbilirrubinemia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEREK, J.S. et al. **Novak:** Tratado de Ginecologia e Obstetrícia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Secretaria de Atenção a Saúde. **Iniciativa Hospital Amigo da Criança:** Brasília, janeiro de 2011.

CARVALHO, M.R. TAVARES, L. A. M. **Amamentação:** Bases Científicas. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010.

GALVÃO, A.M. **Bioética:** A Ética a Serviço da Vida: uma abordagem multidisciplinar. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2004.

GONZAGA, F. L. SOARES, L. C. **Princípios Emergenciais em Obstetrícia.** São Paulo: Fundo Editorial BYK, 1999.

GRANER, V. R. G. et. al. **(PROENF – Programa de Atualização em Enfermagem) Saúde Materna Neonatal.** Enfermagem em Reprodução Humana. Por meio do SESCAD (Sistema de Educação em Saúde Continuada a Distância) ciclo 2, modulo 2, Artmed/Panamericana Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAMARE, R. **A Vida do Bebê:** 42ª edição. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual Técnico: Assistência ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher.

Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

NETTINA, S.M. **Brunner:** Prática de Enfermagem. 8º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.



COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4º MÓDULO

EMENTA: Contextualização biopsicossocial da criança e do adolescente. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos demográficos e epidemiológicos. Assistência de enfermagem nas patologias congênitas, disfunção respiratória, digestória, hematológica, nefrológica, cardiológica, geniturinária, músculo esquelético, neuromuscular e endócrina. Crianças com câncer. Patologias cirúrgicas. Acidentes. Emergências. Vacinação. Menor em situação de risco pessoal e social. Sexualidade. Saúde reprodutiva e maternidade na adolescência. DST/AIDS na infância e na juventude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, F. da & SABATÉS, A.L., Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo. Manole. 2007.

COLLET, N. & OLIVEIRA, B.R. G. de., Manual de enfermagem em pediatria. São Paulo. AB. 2002.

NELSON, BEHAMAN, KLIEGMAN., Nelson: tratado de pediatria. São Paulo. Elsevier. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, A.L.V. & FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. São Paulo. Manole. 2008.

SCHMITZ, E. M. R. Enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo. Atheneu. 2000.



COMPONENTE CURRICULAR: O Agente Comunitário de Saúde: A Promoção da Saúde e a Educação em Saúde e Projetos

4º MÓDULO

EMENTA: Processo saúde-doença, seus determinantes e condicionantes. Promoção da saúde: conceito e estratégia. Conceito de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: integralidade, acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento destes problemas. Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependências. Cultura popular e sua relação com os processos educativos. Formas de aprender e ensinar em educação popular. Modelos de pesquisa em saúde. Validação da pesquisa em saúde. Planejamento e gestão. Planejamento e gestão hoje: conceitos, métodos, níveis de abrangência. Planejamento estratégico – métodos e técnicas. Avaliação: alguns conceitos. Estratégias de operacionalização do planejamento em saúde. Estratégias metodológicas para a avaliação em saúde. Análise de implementação de programa de saúde e satisfação do usuário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUILAR, M.J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BARROS, N.F., Cecatti, J.G. & Turato, E.R. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Campinas: UNICAMP/FCM. 2005.

BOSI, MLM & MERCADO, FJ (org.). Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Vozes. 2004.

HARTZ, Z.M. (Org.) **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª edição, 1997.

RIVERA, F.J.U. **Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

ROUQUAYROL, M.Z. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro. Ed. Medsi, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva**. Brasília, 2006.

BRILHANTE, M.O; CALDAS, L.Q.A. **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental**. Rio de Janeiro. Fio cruz, 2003.

TEIXEIRA, C.F. Epidemiologia e planejamento em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, 4(2): 287-303, 1999.



COMPONENTE CURRICULAR: DOENÇAS EMERGENTES E RE-EMERGENTES NA SAÚDE COLETIVA

4º MÓDULO

EMENTA: Doenças emergentes e re-emergentes, problema real ou potencial de saúde pública (século XXI). Fatores biológicos, econômicos e sociais da emergência ou reemergência de patógenos. Discussão de alguns patógenos (aspectos diagnósticos, patogênicos, terapêuticos e profiláticos); resposta imune e desenvolvimento de vacinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Coura JR. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. EA Waldman, LJ Silva, CA Monteiro. **Trajetória das doenças infecciosas: da eliminação da poliomielite à reintrodução do cólera**. In: Monteiro, CA (org). Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil, São Paulo, Ed. Hucitec, 2000.
3. FOCACCIA, Roberto (ed) Veronesi. **Tratado de infectologia** 3 ed, rev.ve atual. São Paulo: Atheneu, 2006.1v
4. FOCACCIA, Roberto (ed) Veronesi **Tratado de infectologia** 3 ed, rev.ve atual. São Paulo: Atheneu, 2006.2v
5. REY, Luís. Bases da parasitologia médica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 379 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- EJA Luna. **A emergência das doenças emergentes e as doenças infecciosas emergentes e reemergentes no Brasil**. Rev Bras Epidem 5(3):229-43, 2002.
2. BARATA, Rita de Cássia - **"O desafio das doenças emergentes e a revalorização da epidemiologia descritiva"**. Revista de Saúde Pública 10/1997.

**COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE DO HOMEM E DO IDOSO****4º MÓDULO**

EMENTA: Gênero e sociedade. Sexualidade. Consulta de enfermagem. Assistência de enfermagem na saúde do homem quanto as suas patologias específicas, enfatizando as de saúde pública. Problemas pertinentes do envelhecimento. A proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. Atendimento ao idoso desenvolvendo praticas voltadas ao envelhecimento e assistência geriátrica. Visitas domiciliares e a casas de repouso. Atividades na vida diária. Lazer. Idoso e fase terminal. Introgênia. Unidades de saúde e cuidados continuados. Unidades geriátricas de pacientes com doenças agudas e /ou crônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGUEIREDO W. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. RJ. Ciência Saúde Coletiva. 2005.

BOZON M., Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004.

SOBREIRO, B. & PASQUOLOTTI, F.F. A saúde do homem., São Paulo. Educs. 2008.

DUARTE, Y.A.O & DIOGO, M.J.D.E.. Atendimento domiciliar - um enfoque gerontológico. São Paulo. Atheneu. 2000.

LEMONS, M.T.T.B & ZAGAGLIA, R.A. Arte de envelhecer; saúde, trabalho, afetividade, estatuto do idoso. RIO DE JANEIRO. UERJ. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, R & NASCIMENTO, E.F. do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública. 2006.

GOMES R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. RJ Ciência Saúde Coletiva. 2003;



COMPONENTE CURRICULAR: PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

4º MÓDULO

EMENTA: Panorama geral do atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e lingüísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologias Assistivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL . Declaração de Salamanca. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 dezembro de 2004

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M.

Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERNANDES, E. Educação para todos- saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. *Revista Benjamin Constant*. no 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.

_____. Ensino Fundamental: Currículo e Inclusão. *Surdez e Universo Educacional*. Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005 (no prelo).

GLAT, R. *A integração social do portador de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

_____ e FERNANDES, E.M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. *Revista Inclusão*, Brasília: MEC/SEESP, vol.I, no 1, 2005 (no prelo).

REILY, Lucia Helena. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. Campinas, SP: Papyrus, 2004. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Plano Nacional de Educação*. Disponível no site www.pedagogiaenfoco.pro.br/10172_01.htm, acessado em agosto/2004

_____. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível no site www.mec.gov.br/seesp/pdf/res2_b.pdf, acessado em agosto/2004

_____. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 22-27, 2002.

**COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA EM EaD – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA****PRÉ-REQUISITO**

EMENTA: Evolução do Mercado de Trabalho; A educação a Distância. As gerações da Educação a Distância. A educação a distância no IFPR, Metodologia dos cursos EAD do IFPR. O papel do tutor presencial na EAD. O perfil do aluno na Educação a distância. - História da computação, hardware, software, História da internet, usando um navegador. O BrOffice. Conceitos básicos, Apresentação e Conceitos Básicos, Fórmulas, Portal Educacional – Funcionalidades Básicas, Relatórios e Dados Cadastrais, Recados, Fórum e Chats, Envio de atividades, exercícios e gabaritos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AYROSA Cristina CALABRESE, Giovane, MACHADO Mércia, PACHECO, Marinêz.
RODRIGUES, Andréa. Metodologia em Educação a Distância, IFPR. Curitiba: 2010.
BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2000.
BOND, Maria Thereza. OLIVEIRA, Marlene. Manual do Profissional de Secretariado. Curitiba: Ibpex, 2008.
GOMES, Sulvane Guimarães Silva. Tópicos em Educação a Distância. e-Tec Brasil: MEC/CEDERJ, 2008.
LIMA, Artemilson Alves. Fundamentos e Práticas na EAD. e-TecBrasil: MEC/UFRN, 2008
CORREA, R.G. Metodologia em Educação a Distância, IFPR. Curitiba: 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYROSA Cristina CALABRESE, Giovane, MACHADO Mércia, PACHECO, Marinêz.
RODRIGUES, Andréa. Metodologia em Educação a Distância, IFPR. Curitiba: 2010.
BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2000.
BOND, Maria Thereza. OLIVEIRA, Marlene. Manual do Profissional de Secretariado. Curitiba: Ibpex, 2008.
GOMES, Sulvane Guimarães Silva. Tópicos em Educação a Distância. e-Tec Brasil: MEC/CEDERJ, 2008.
LIMA, Artemilson Alves. Fundamentos e Práticas na EAD. e-TecBrasil: MEC/UFRN, 2008

18. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm como objetivo estimular e criar mecanismos que potencializem o processo de aprendizagem, através da participação em experiências científicas, culturais, sociais e tecnológicas, que contribuam para ampliação de conhecimentos pertinentes a área de atuação do técnico em Agente Comunitário de Saúde, atendendo às Diretrizes Curriculares do Curso de Técnico Agente Comunitário de Saúde.

Dentre as atividades complementares, destacamos as Salas Temáticas, espaços nos quais são desenvolvidas atividades diversificadas que complementam os conhecimentos expressos no currículo formal. As salas temáticas são uma excelente alternativa de organização do espaço de aprendizagem, pois, possibilitam o desenvolvimento de estratégias diferenciadas e enriquecem o ambiente escolar, motivando o aluno a interagir com conhecimentos inerentes a vida em sociedade e ao mundo do trabalho.

No quadro abaixo apresentamos outras atividades que poderão ser realizadas, de forma extraclasse, e que enriquecerão o universo de conhecimentos desenvolvidos durante o curso.

QUADRO 1 – Atividades Acadêmicas Complementares

Nº	ATIVIDADES
1	Exposição, congressos, seminários, cursos, extensões (local, regional, nacional).
2	Participação voluntária em atividades desenvolvidas pela Secretária de saúde do município.
3	Participação em Campanhas educativas.
4	Participação em feiras e eventos (local, regional).
5	Oficinas e Cursos de aprimoramento desenvolvidos pela instituição e instituições parceiras.
6	Visitas técnicas.



19. FLEXIBILIDADE DA ENTRADA NO CURSO

A flexibilização compreende a possibilidade do aluno dar entrada no curso em qualquer momento e em qualquer um dos quatro módulos do curso, do início de qualquer módulo, ***desde que tenha aprovação no processo seletivo do IFPR e no componente curricular Metodologia em EaD*** em consonância com o plano político do curso, de maneira a proporcionar ao educando condições de dar continuidade nos estudos, não tendo que aguardar nova abertura de turma e assim uma inserção mais rápida no mercado de trabalho.

O Componente Curricular de Metodologia em EaD estará disponível no AVA – Portal do IFPR - EaD em: <http://200.17.98.190/ead2008/default.aspx> para que o aluno após inscrição e aprovação no curso possa realizar este Componente Curricular como pré-requisito antes do início do módulo, que estará apresentada em 10 Tele Aulas, ou seja 05 encontros onde o primeiro tratará da apresentação do Curso pelo coordenador e as quatro seguintes sobre as ferramentas e as formas de se trabalhar no portal. O aluno terá de ser aprovadas nos Componentes Curriculares com nota e frequência iguais as demais Componentes Curriculares do curso.

20. METODOLOGIA DO CURSO

O IFPR adota como metodologia para seus cursos na modalidade a distância, o modelo intitulado Ensino Presencial Virtual; dentro de uma perspectiva de educação interativa, significativa e flexível que vem se tornando realidade em muitas instituições de ensino, onde os recursos tecnológicos apresentam-se como suporte alternativo e eficiente.

O IFPR trabalha com uma plataforma de internet para interação via comunicação síncrona e assíncrona. Neste ambiente torna-se possível tirar dúvidas, conhecer necessidades e problemas, numa abrangência global, vencendo as barreiras geográficas de espaço e as de tempo. Assim, o ambiente eletrônico é propagador

dos conhecimentos tecnológicos, mas também de aspectos culturais, próprios dos tempos modernos, definindo-se assim, como veículo permanente de apoio às mudanças.

A metodologia de trabalho do IFPR está baseada numa concepção de aluno e de conhecimento que o entenda como um ser ativo e construtor de seu conhecimento. Assim, acreditamos que, como bem colocou Freire (2005), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra.

Os momentos presenciais (teleconferências) ou tele aulas serão desenvolvidos por meio da tecnologia de transmissão via satélite. Os estudantes assistem às tele aulas (ao vivo) divididos nas tele salas situadas em todo o estado do Paraná e podem interagir ao vivo pelo telefone DDG (0800), e através do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Estas aulas serão produzidas no estúdio localizado no Instituto Federal do Paraná – IFPR e acontecem sempre ao vivo com o objetivo de promover à interatividade, para que o aluno tenha condições de intervir na aula, sanando suas dúvidas em tempo real.

O projeto pedagógico prevê para o curso técnico a produção de 06 (seis) tele aulas com a duração de 35 (trinta e cinco) minutos diárias. Conforme estabelecido as tele aulas acontecerão no período noturno com início às 19h e termino às 22h40min. Por obedecer à metodologia de aulas geminadas, os estudantes assistiram a 06 (seis) tele aulas geminadas, ou seja, 03 (três) Componentes Curriculares, com intervalo de 05min entre cada tele aula para acontecer à troca de professor.

As tele aulas estarão centradas na exposição e discussão dos conteúdos, a partir dos textos de referências indicadas no livro didático. Serão ministradas por professores especialistas com amplo conhecimento teórico e prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo, para que atinjam o objetivo principal que é a formação de nível técnico. Durante as teleaulas os professores especialistas darão orientações, para o desenvolvimento dos estudos que deverão ser desenvolvidos a distância posteriormente.

Durante as tele aulas o **professor conferencista** orienta os estudos que deverão ser desenvolvidos posteriormente a distancia e o professor web interage com os estudantes e tutores via web, articulando junto ao professor conferencista o conteúdo desenvolvido, as dúvidas surgidas interagindo permanentemente com todos.

Os estudos à distância **são apoiados em atividades complementares** (Atividades online Componentes Curriculares objetivos e Atividades supervisionadas interdisciplinares discursivas) compostas por reflexões sobre pontos apresentados nos livros didáticos, orientações para o desenvolvimento de pesquisas, leituras complementares e trabalhos em grupos.

Para a efetivação do modelo bimodal, denominado Presencial Virtual o IFPR organiza a oferta dos cursos na modalidade a distancia organizado a partir do Sistema de apoio e de comunicação ao processo ensino-aprendizagem.

Esse sistema de apoio garante a Interatividade dos estudantes por meio de uma equipe especializada que atende o call center. Todos os questionamentos podem ser efetuados através do 0800 ou Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

A organização prevê também o trabalho com a Tutoria que é a ferramenta fundamental. É através dela, que se garante a interrelação personalizada e contínua do aluno com o curso, bem como se viabiliza a articulação entre os envolvidos no processo para a consecução dos objetivos propostos atendendo as especificidades da clientela incorporando como complemento as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Para cada unidade curricular serão disponibilizados tutores a distância para atendimento das atividades desenvolvidas a distância. Este atendimento acontecerá todos os dias da semana, conforme cronograma da coordenação de curso e previamente informado aos estudantes. A comunicação com a tutoria poderá acontecer através do telefone DDG (0800) e do AVA.

O DDG (Discagem Direta Grátis) 0800 é um serviço disponibilizado para os estudantes durante as tele aulas e as tutorias. Os estudantes poderão entrar em

contato gratuitamente com o Instituto Federal do Paraná, através de um número único e de fácil memorização.

Além dos ambientes físicos, o aluno e os tutores têm disponíveis os Ambientes Virtuais que auxiliam no aprendizado e na comunicação com os coordenadores, tutores, orientadores educacionais e com os próprios estudantes. São eles:

- **Ambiente virtual de comunicação:** Esse ambiente tem como objetivo realizar a comunicação síncrona entre os estudantes, os tutores e os professores, tutores e coordenadores. Durante as tele aulas os estudantes poderão interagir com o professor web em tempo real, que interrompe a tele aula a qualquer momento para sanar as dúvidas dos alunos nas teles salas. Nesse ambiente a comunicação será realizada usando vídeo, áudio ou texto.

- **Ambiente virtual de aprendizagem:** O objetivo desse ambiente é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar tarefas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual, que funciona como ambiente de apoio pedagógico. Além de um sistema de perguntas e respostas que serão respondidas pelo tutor e professor web, permite o acesso aos serviços de:

- Informações Acadêmicas
- Notas
- Calendários
- Informações Pedagógicas
- Cronogramas
- Arquivos Disponíveis
- Slides das tele aulas
- Textos Complementares
- Contatos

O Curso prevê ainda que os alunos recebam os **Livros Didáticos** elaborado por professores do Instituto Federal do Paraná ou por professores convidados. Esse



material é um recurso situado numa dimensão estratégica, em que a escolha e o planejamento de atividades contribuam efetivamente para que o aluno interaja de modo dinâmico com que lhe é proposto. O aluno será incentivado a avançar sempre na direção da mobilização dos conhecimentos adquiridos, ou seja, na transferência de uma situação cotidiana para outra científica.

O projeto pedagógico prevê para o curso técnico a produção de 06 (seis) tele aulas com a duração de 35 (trinta e cinco) minutos diárias. Conforme estabelecido as tele aulas acontecerão no período noturno com início às 19h e termino às 22h40min. Por obedecer à metodologia de aulas geminadas, os estudantes assistirão a 06 (seis) tele aulas geminadas, ou seja, 03 (três) Componentes Curriculares, com intervalo de 05min entre cada tele aula para acontecer à troca de professor.

As tele aulas estarão centradas na exposição e discussão dos conteúdos, a partir dos textos de referências indicadas no livro didático. Serão ministradas por professores com amplo conhecimento teórico e prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo, para que atinjam o objetivo principal que é a formação técnica de melhor qualidade.

Desenvolvimento da Ação Pedagógica

Para o desenvolvimento da ação pedagógica do curso, o aluno conta com um efetivo apoio técnico, administrativo e pedagógico de assessoramento em cada etapa. Para tanto, está a disposição toda a estrutura e corpo técnico, que prestará as informações necessárias a fim de solucionar dúvidas.

Ao longo de todo o projeto, o tutor também contará com um efetivo apoio técnico, administrativo e pedagógico para o desenvolvimento de suas atribuições posto que existe toda uma estrutura preparada para assessorá-lo em cada etapa do curso. Essa estruturação compõe-se de:

Direção Geral em EAD dará suporte às questões administrativas, além de:



- Representar a Educação a Distância do IFPR em todas as instâncias ou delegar a representação aos outros Coordenadores;
- Estabelecer contato com a comunidade interna e externa do IFPR no sentido de divulgar as ações do EAD e estabelecer parcerias e/ou outras formas de cooperação para viabilização de projetos.

Direção de Ensino em EAD a quem compete:

- Appreciar, elaborar e difundir modalidades e metodologias de EAD e de TICs aplicadas a educação, pesquisa e extensão;
- Analisar e emitir pareceres sobre a criação e implantação de cursos de EAD no IFPR;
- Prestar consultoria para processos de EAD de outras instituições quando solicitado;
- Supervisionar e avaliar a execução dos processos EAD por meio dos projetos de abertura de cursos, dos relatórios parciais e finais dos mesmos;
- Assessorar, elaborar e/ou avaliar o material didático destinado aos cursos de EAD do IFPR ou de outras instituições, podendo designar consultores especialistas em EAD nos assuntos específicos;
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de EAD;
- Estimular grupos de estudo e pesquisa em EAD;
- Encaminhar registros acadêmicos para os órgãos competentes;
- Promover a avaliação dos cursos, dos processos e dos docentes.

Coordenação Pedagógica em EAD é responsável pela organização do projeto vinculada à elaboração do plano de curso, qualificação e capacitação do pessoal envolvido nas atividades do projeto e assim tem as atribuições de:



-
- Appreciar, elaborar e orientar as divulgações sobre Cursos na modalidade de EAD;
 - Analisar e emitir pareceres sobre a criação e implantação de cursos em EAD;
 - Supervisionar e avaliar a execução dos processos de EAD por meio dos projetos de abertura de cursos;
 - Orientar, assessorar e avaliar a estrutura didático-pedagógica de cursos de EAD;
 - Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de EAD;
 - Encaminhar registros acadêmicos aos Órgãos competentes;
 - Elaborar relatórios das atividades didático-pedagógicas dos cursos em EAD;
 - Propor medidas que melhorem procedimentos pedagógicos dos cursos;
 - Acompanhar a execução da política de ensino propostas pelas Coordenações dos Cursos em EAD.

Coordenação do Curso que irá:

- Acompanhar a efetivação da Proposta Curricular do Curso;
- Orientar, analisar e acompanhar o processo de elaboração do Planejamento didático-pedagógico do curso em EAD;
- Indicar e sugerir aos Docentes, em articulação com a equipe pedagógica, metodologias de ensino adequadas à concepção do curso e recursos didáticos apropriados e atualizados;
- Possibilitar e incentivar os docentes quanto à promoção de atividades complementares ao curso como: fóruns, chats, indicação de filmes, sites, etc.
- Promover e coordenar, em articulação com a equipe pedagógica, reuniões para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico, visando a elaboração de propostas de intervenção para aperfeiçoar o curso;

- Proceder, em articulação com a equipe pedagógica, equipe de tutores (orientadores educacionais e tutores a distância) à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem dos alunos;
- Realizar avaliações constantes com a equipe de docentes, de tutores e de alunos para intervenções durante todo o processo ensino aprendizagem.
- Organizar e zelar pela qualidade e desenvolvimento do curso.

Professores Autores, responsáveis por:

- Elaborar do livro didático utilizado na tele aula;
- Estruturar as Atividades online dos Componentes Curriculares objetivam.

Professores Conferencistas, responsáveis por:

- Dominar determinadas técnicas e habilidades para tratar de forma específica os conteúdos dos Componentes Curriculares;
- Orientar o aluno em seus estudos, explicando durante as tele aulas as questões relativas aos objetivos e conteúdos dos Componentes Curriculares;
- Destacar durante as tele aulas a importância do estudo independente, familiarizando o aluno com a metodologia e utilização do livro didático;
- Ensinar ao aluno a adquirir técnicas de estudos e métodos de aprendizagem na modalidade à distância;
- Elaborar diferentes procedimentos de avaliação;
- Favorecer a possibilidade de que o aluno avalie seu próprio processo de aprendizagem;
- Elaborar os slides utilizados na tele aulas;



- Estruturar as Atividades supervisionadas inter Componentes Curriculares que serão discursivas;
- Elaborar e corrigir as Avaliações discursivas interdisciplinares.

Tutores a distancia

- Facilitar aos alunos e aos tutores presenciais a integração e o uso dos diferentes recursos;
- Estabelecer uma relação compreensiva durante as explicações;
- Manter diálogo permanente com a coordenação de tutoria do projeto, para formular plano de ação, análise de resultados e conhecimento das rotinas e encaminhamentos;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas sob sua orientação;
- Prestar informações ao aluno sobre o curso;
- Obedecer ao cronograma de horário para realização da tutoria;
- Orientar os alunos nos cumprimentos de todas as atividades do curso;
- Esclarecer de forma clara as dúvidas relativas à resolução das atividades auto-instrutivas e supervisionadas;
- Acompanhar e avaliar o processo de ensino aprendizagem;

Tutores Presenciais responsáveis por:

- Organizar e coordenar as teles salas.
- Incentivar a interatividade com o grupo de alunos
- Liderar o compartilhamento do conhecimento e o intercâmbio de experiências.



Para o cumprimento de suas atividades o tutor presencial deverá realizar basicamente três ações:

a) Ações Orientadoras: esta tarefa está basicamente relacionada ao lado afetiva e emocional dos alunos. No cumprimento de suas tarefas o tutor presencial precisa:

- Visualizar o aluno na sua integralidade, ou seja, como cidadão nos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e acadêmicos. Todos esses aspectos devem ser levados em conta, unidos ou separados, durante todo processo de ensino aprendizagem;
- Dedicar-se a todos os alunos, observando e respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem;
- Orientar com paciência os alunos durante todo o curso;
- Evitar, sempre que possível, que o aluno se sinta só, motivando-o e orientando-o nas dificuldades que surjam durante o processo de ensino;
- Destacar a importância do estudo independente ou em grupo, pois isso fará com que o aluno se familiarize com a metodologia do curso;
- Despertar a interação do grupo, favorecendo a comunicação entre os seus membros na realização dos trabalhos;
- Comunicar-se pessoalmente com cada aluno, estabelecendo uma relação compreensiva e de aceitação, evitando tanto as atitudes autoritárias ou muito permissivas;
- Verificar se existem problemas pessoais entre os alunos que possam dificultar a aprendizagem, propondo, se possível, soluções.

b) Ações Acadêmicas: esta tarefa está centrada na atuação como facilitador do processo de ensino aprendizagem, portanto deve organizar-se pela programação do curso. Essa ação pressupõe:



- Informar aos alunos sobre os aspectos significativos propostos pelos cursos.
- Garantir o recebimento perfeito das transmissões;
- Manipular com segurança o equipamento instalado (Kit tecnológico: TV e antena parabólica) para cada tele aula com o apoio da equipe técnica;
- Testar o sinal sempre com antecedência do início das tele aulas;
- Encarregar-se da organização e envio das perguntas durante as tele aulas;
- Controlar a frequência dos alunos;
- Controlar a entrega das atividades AI e AS;
- Aplicar as avaliações finais e de segunda chamada;
- Transcrever as respostas dos gabaritos dos alunos para o AVA ate 24 horas após as aplicações das avaliações;
- Remeter ao IFPR toda a documentação dos alunos.

c) Ações Institucionais: esta tarefa caracteriza-se pelo desempenho de atividades administrativas e institucionais. Para tanto é necessário:

- Conhecer os fundamentos, estrutura e metodologia de EAD desenvolvidos pelo projeto;
- Prestar informações ao aluno sobre inscrições, matrículas e particularidades do curso;
- Prestar informações dos alunos sempre que solicitados;
- Cumprir rigorosamente os prazos de envio de documentos e atividades determinados pelas coordenações dos cursos;
- Participar sempre que solicitado de cursos, treinamentos, reuniões, viagens e outros;



Central de Atendimento ao Estudante

A Central de Atendimento ao Estudante é um setor que foi criado com o objetivo de atender o estudante de forma mais ágil nas questões ligadas à Secretaria Geral, além de atuar como facilitador da relação aluno e Instituto Federal do Paraná. O horário de atendimento é das 08 às 22h40min de segunda a sexta-feira através do número de telefone **0800** e do AVA no Portal do Instituto Federal do Paraná.

Esta Central terá como função:

- Receber quaisquer manifestações dos alunos e dos tutores a respeito da capacitação dentre elas, informações, críticas, reclamações, sugestões e elogios;
- Receber e encaminhar à Coordenação as dúvidas e questões propostas por tutores e alunos;
- De acordo com instruções da Coordenação, encaminhar as respostas aos alunos e tutores às questões recebidas.

Formação Inicial em Educação a Distância

Para o desenvolvimento do curso, alguns procedimentos metodológicos, foram incluídos visando à melhoria da formação e da aprendizagem dos estudantes. A Formação Inicial em Educação a Distância é ofertada nas primeiras tele aulas, onde os estudantes participam de orientação para realização do curso, enfatizando os procedimentos metodológicos para formação na modalidade a distância.

As principais recomendações feitas aos alunos dizem respeito a formação da capacidade de desenvolver sua autonomia intelectual a fim de que o mesmo possa atingir os objetivos de aprendizagem propostos no curso. Essas recomendações incluem: assistir e participar das aulas com formulação de perguntas ao professor; leitura dos livros referentes a cada aula; apoio e

orientação junto aos tutores; releitura dos textos e realização das atividades solicitadas; formação de grupos de estudo; visitas às instituições da comunidade para realizar as investigações necessárias, quando for o caso.

A unidade curricular **Formação Inicial em Educação a Distância** tem 20 horas de carga horária, (10 horas de **Teleconferências Interativas**, 05 de **Atividades Autoinstrutivas** e 05 aulas de **Atividades Supervisionadas**) distribuídas em três encontros divididos em nove aulas de 35 minutos, assim distribuídos:

1º ENCONTRO	Aula 1 – Introdução ao Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde;
	Aula 2 e 3 – Competências e habilitação do Técnico em Agente Comunitário de Saúde.
2º ENCONTRO	Aula 4 - A EaD na atualidade: desafios e perspectivas e as características e exigências para o aluno da EaD
	Aulas 5 e 6 - Ambiente Virtual de Aprendizagem
3º ENCONTRO	Aulas 7 e 8 - Processos institucionais de aprendizagem em EaD e os Elementos de comunicação e interação: tutoria.
	Aulas 9 e 10 - Processos de Avaliação em Educação a Distância
TL	Teleconferências Interativas: 10 horas
AA	Autoinstrutivas: 05 horas
AI	Autoinstrutivas: 05 horas
TOTAL	20 horas

Estudos a Distância

Os estudos à distância estão apoiados em atividades complementares (Atividades Autoinstrutivas e Supervisionadas) compostas por reflexões sobre pontos apresentados nos livros didáticos, orientações para o desenvolvimento de pesquisas, leituras complementares e trabalhos em grupos, em que a construção integradora do conhecimento se coloca como princípio norteador, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa a cada unidade temática e o diálogo necessário na busca do conhecimento da realidade educacional.

As atividades Autoinstrutivas se encontram no final do livro didático do aluno. São atividades de revisão para fixação do conteúdo proposto no livro didático e deverão respondidas no Portal do Curso semanalmente até o final de cada etapa do curso.

As atividades Supervisionadas serão propostas através de exercícios com o objetivo de aprofundar e complementar o conteúdo estudado com base no livro didático e as explicações dadas pelos professores durante as tele aulas. É uma atividade em dupla, cuja metodologia será determinada de forma multidisciplinar. Ela devese primar pela pesquisa, pela autonomia intelectual e pela relação prática do que está sendo estudado com a prática profissional. Esta atividade será orientada pelo professor durante os momentos presenciais, nas tele aulas e estará disponível na internet logo que determinado pela coordenação do curso. Devese ser postada no máximo até uma semana antes da avaliação final. Para ambas as atividades, o aluno contará com o apoio, mediação e orientação do Tutor a distância.

21. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

De acordo com Vasconcellos (2000), a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os problemas identificados /

obstáculos. Neste sentido, a avaliação do curso terá como foco a qualidade da formação dos profissionais que engajarão no mercado de trabalho.

A avaliação do Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde se dará por meio de análises de acompanhamento criteriosas e periódicas do Projeto Pedagógico, organizadas, orientadas e avaliadas pela Coordenação do Curso articuladas à Coordenação Pedagógica nos processos de avaliação e monitoramento, atualizando e consolidando efetivamente o projeto Pedagógico do Curso baseado na portaria 120/09 que trata do sistema de avaliação do IFPR – Instituto Federal do Paraná.

Baseado na **RESOLUÇÃO Nº 54/11** que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR, disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Res.-54.11-> e na PORTARIA 120 de 06 de agosto de 2009 disponível em: <http://londrina.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Portaria-120-de-06.08.09Avaliacao.pdf>

Fará parte das análises de acompanhamento, a socialização de situações específicas discutidas nos Conselhos de Classe e do Colegiado do Curso, atividades e instrumentos de diagnósticos com os tutores conceituais, tutores orientadores e os alunos a partir dos ingressos dos mesmos no curso e durante todo o processo de aprendizagem, verificando-se as mudanças instituídas durante a formação e vivência acadêmica. Esta avaliação possibilitará por comparação entre as diferentes avaliações, a verificação da obtenção de novas habilidades por parte do aluno.

Desta maneira, avaliar o discente pressupõe verificar até que ponto e em que medida este processo de ensino aprendizagem e de conhecimento está, de fato, ocorrendo, visando atender aos princípios de qualidade no processo de ensino do IFPR – Instituto Federal do Paraná.



O processo de avaliação do desempenho escolar é realizado por módulos e por áreas de conhecimento, considerando aspectos de assiduidade, necessitando de 75% de frequência e aproveitamento baseado no artigo 9º da Portaria 120 “Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por área curricular e divulgados em edital, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

- I. **Conceito A** – Quando a aprendizagem do aluno foi **PLENA** e atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;
- II. **Conceito B** – A aprendizagem do aluno foi **PARCIALMENTE PLENA** e atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo de ensino aprendizagem;
- III. **Conceito C** – A aprendizagem do aluno foi **SUFICIENTE** e atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino aprendizagem;
- IV. **Conceito D** – A aprendizagem do aluno foi **INSUFICIENTE** e não atingiu os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem”.

Na Educação à Distância trabalhamos com os conceitos numéricos com nota igual ou maior a 6,0 (seis) para aprovação nos Componentes Curriculares, necessitando de novos estudos para adaptação ao novo modelo proposto.

A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e o aproveitamento diz respeito às notas das provas (avaliações), das Atividades Autoinstrutivas (50 exercícios do livro de cada um dos Componentes Curriculares) e as Atividades Supervisionadas aplicadas para cada três (3) Componentes Curriculares. Outro ponto ainda em discussão entre o colegiado do curso é o aproveitamento escolar avaliado através da participação do aluno em sala de aula e acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;



- Inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Utilização funcional do conhecimento;
- Divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- Exigência dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação paralela;
- Estratégias cognitivas e meta cognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- Incidência da correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e
- Importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A avaliação é parte integrante do processo de formação e tem o objetivo de diagnosticar a construção dos conhecimentos, habilidades e valores, orientando mudanças metodológicas centradas no domínio sócio afetivo, de atitudes e na aplicação dos saberes por parte do discente, processando-se de modo global, contínuo, sistemático e cumulativo em todos os componentes curriculares, com os critérios de julgamento dos resultados previamente discutidos com os discentes.

21.1 A sistemática de avaliação basear-se-á nos seguintes aspectos:

I – Ser diagnóstica, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e valores, obedecendo à ordenação e à seqüência do ensino, bem como a orientação do currículo;



II – Observar a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso;

III – Criar condições para que o aluno possa construir ativamente seu conhecimento a partir de sua própria prática e das sucessivas mudanças provocadas pelas transformações gradativamente assimiladas.

É fundamental que os instrumentos da avaliação da aprendizagem estimulem o discente ao hábito da pesquisa, à criatividade, ao auto desenvolvimento, à atitude crítico e reflexivo, predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os instrumentos de avaliação serão diversificados, compreendendo exercícios com defesas oral-escritas, testes objetivos, provas discursivas, seminários, projetos orientados, experimentações práticas, feiras, atividades culturais, jornadas pedagógicas, dentre outros, com a utilização de, no mínimo, dois instrumentos diferenciados por culminância; sendo, obrigatoriamente, necessário o registro de qualquer procedimento de avaliação, tendo em vista uma avaliação progressiva ao longo do Semestre, considerando ainda a apuração da assiduidade do discente.

Os valores deverão ser observados por meio da iniciativa, relacionamento interpessoal, autonomia, responsabilidade, relacionamento com o público, utilizando instrumentos como fichas de frequência, registro de entrega das tarefas, dos trabalhos individuais ou em grupos, seminários, lista de exercícios, exposições de trabalhos, provas e/ou relatórios técnicos. Para efeito de registro final do aproveitamento em cada componente curricular, será calculada a média aritmética das notas obtidas em cada culminância, sendo que será aprovado o aluno que obtiver nota mínima 6,0 (seis).

O aluno poderá pleitear a revisão de provas dentro do prazo de cento e vinte horas (120) horas ou seja cinco (05) dias, em dias úteis, a contar da lista de divulgação dos resultados, mediante requerimento próprio ao colegiado do curso.

Ao discente que deixar de executar qualquer trabalho, prova ou tarefa de avaliação determinados pelo professor, perderá os pontos a eles destinados, ressalvados a os casos previstos neste documento.

O discente que obtiver frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%) do total da carga horária do componente curricular será considerado automaticamente reprovado no mesmo.

Os estudos de recuperação deverão desenvolver-se de modo contínuo e paralelo, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo ensino-aprendizagem detectadas ao longo dos módulos. A recuperação contínua e paralela é denominada reforço da aprendizagem.

Outro ponto de maior relevância na educação à distância diz respeito aos processos avaliativos, é a partir deles que será possível fazer as devidas adequações tanto nos processos de ensino-aprendizagem quanto no sistema e na modalidade. Por meio desses indicadores serão avaliados aspectos da qualidade na execução da proposta político-pedagógica dos cursos. A avaliação deve ser vista como um processo global, onde todos os seus componentes devem ser avaliados, permitindo verificar como está o andamento do curso, possibilitando agilidade na resolução dos problemas surgidos.

É na ação pedagógica que se inscreve a avaliação da aprendizagem. Num sistema de educação à distância um aluno não conta com a presença física do professor. Daí a importância de se utilizar um método de trabalho que desenvolva um grau elevado de confiança, e ao mesmo tempo proporcione aos alunos a possibilidade de também se auto avaliarem.

O trabalho dos professores ao selecionar os conteúdos e organizar o material didático básico para orientar as atividades discentes deve ser, principalmente e, sobretudo, o de contribuir para que todos possam questionar o que já sabem, bem como os conhecimentos novos que estão sendo apresentados nas unidades curriculares.

Esse processo de conquista da aprendizagem é dinâmico, entre as pessoas que têm alvos comuns de ação adicionados às estratégias individuais para atingi-los.

Nesse sentido cabe evidenciar a diferença entre critérios de produto e critérios de processo: no primeiro caso se aplicam critérios extrínsecos às questões a serem avaliadas e ao segundo, critérios intrínsecos. Não é tarefa simples, estabelecer a distinção entre a avaliação feita durante o processo educacional e a avaliação realizada após o mesmo, os papéis são diferentes. Enquanto a avaliação realizada durante o processo tem a finalidade de aprimorar o ensino e a aprendizagem (função formativa) a avaliação realizada ao final, tem a finalidade de emitir parecer de julgamento e tomar decisão.

A avaliação da aprendizagem é considerada, portanto, como um processo continuado e compreensivo e descritivo que permite analisar criticamente em que dimensão os objetivos dos alunos foram atingidos, mediante atitudes individuais de desafios, no processo de cognição do sistema, tanto de educação à distância como no ensino presencial.

A duração máxima de cada avaliação final será de três horas e aplicada pelo tutor, nas tele-salas e ou pólos.

21.2 Perspectiva da avaliação

A avaliação será contínua e cumulativa, possibilitando o diagnóstico sistemático do processo de ensino aprendizagem sendo que os critérios de avaliação para cada unidade curricular serão estabelecidos nos respectivos planos.

A avaliação levará em conta o desempenho do aluno e assimilação dos conhecimentos da ciência e das tecnologias apropriadas para cada situação. As avaliações serão periódicas e específicas de acordo com os objetivos do plano de ensino de cada unidade curricular através da:

- Compreensão – entendimento, interpretação de idéias, informações, conceitos textos;

- Relacionamento – capacidade de perceber as ligações existentes entre as idéias, fatos, processo, estilos, causalidade e efeito;
- Construção de conceitos - conceituação adequada verificada em trabalhos escritos e apresentações orais feitas com originalidade e não como reprodução de conceitos memorizados;
- Redação – clareza, originalidade, vocabulário, argumentação, citação de referências;
- Comunicação interpessoal – clareza e empatia ao fazer apresentações para o grupo em seminários;
- Componentes Curriculares – pontualidade, preocupação em trazer para as aulas o material de apoio, organização na apresentação de trabalhos;

A recuperação será contínua, realizando-se concomitantemente ao desenvolvimento das unidades curriculares, com a utilização de aulas gravadas, atendimento realizado pelo tutor, tutoria e professor especialista.

21.3 Sistemas de avaliação

As experiências de avaliação fazem parte do nosso cotidiano. Ainda que não estejamos recorrendo a procedimentos formais, estamos sempre emitindo julgamentos sobre uma série de atividades humanas.

Um dos grandes desafios para implementação de propostas e projetos inovadores é a avaliação, isto é, seus procedimentos de articulação permanente entre avaliadores e os profissionais que tomam decisões para a consecução dos objetivos a serem alcançados.

Vários processos de avaliação da aprendizagem em diferentes níveis estão sendo disseminados em diversos países, já que a educação e o conhecimento constituem prioridades fundamentais para uma sociedade em permanente transformação.

Como prática educativa a avaliação deve ser pensada no contexto de uma visão política, cujas ações possam expressar as decisões educacionais de seu aprimoramento, a permanente realimentação crítica do curso proposto e das expectativas e as necessidades dos alunos no processo de aprendizagem.

Dessa forma, os cursos na modalidade de educação à distância privilegiam, sob a dimensão didático-pedagógica, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem;
- Avaliação do material didático;
- Avaliação do sistema de tutoria; e
- Avaliação da modalidade de educação à distância.

22. AVALIAÇÃO DO CURSO

Em se tratando da avaliação do curso, a coordenação adotará os critérios e parâmetros conceituais do Curso Técnico para que a turma possa, ao final de cada um dos Componentes Curriculares, avaliar por meio de uma ficha considerando os seguintes itens:

- a) Docente (conferencista e web), considerando seu desempenho didático-pedagógico no desenvolvimento dos Componentes Curriculares ministrados;
- b) Serviços prestados pelos tutores presenciais e tutores conceituais no atendimento ao público e demais atividades do curso;
- c) Aspectos físicos da Instituição no atendimento as necessidades básicas para que o alunado permaneça no decorrer do curso;
- d) Coordenação do curso objetivando a melhoria dos procedimentos didáticos pedagógicos utilizados no curso.
- e) Análise do material didático produzido para os Componentes Curriculares: Atividades Autoinstrutivas, Atividades Supervisionadas e conteúdo do livro.



Os resultados destas análises crítica e consensual será parte integrante de proposições e implementações de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitará a detecção de pontos de deficiência ou de discordância com os objetivos do curso.

A avaliação propõe-se a englobar o processo de construção dos conhecimentos, das habilidades e valores, mediante a forma determinada de trabalho, concepção de aprendizagem, metodologia de ensino, de conteúdos e a relação docente/discente e discente/discente que deverá ser desenvolvida ao longo do ano letivo de acordo com as culminâncias propostas pelo calendário escolar. A praticidade dessa avaliação seguirá as prerrogativas contidas na Organização Didática do Desenvolvimento do Ensino do IFPR.

22.1 Avaliação do material didático

O material didático do Curso Técnico na modalidade de educação à distância será analisado sob as seguintes perspectivas:

- Pelo aluno, para conferir em que medida os conteúdos selecionados e a linguagem utilizada são por eles compreendidos, permitindo ao mesmo situar-se como protagonista da construção do conhecimento. Serão considerados, como elementos de análise da qualidade, a diagramação e apresentação gráfica, a organização e disposição dos conteúdos programáticos, fatores estes que possibilitarão uma melhor assimilação por parte dos alunos;
- Pelo tutor, em relação à clareza do material, a seqüências em que os conteúdos são apresentados e de como ocorre à relação teoria-prática bem como a disposição e apresentação dos aspectos gráficos e, sobretudo da comunicação dialógica do autor;
- Pelo autor, responsável pela construção do material didático e pela seleção e organização do significado e da importância dos



conhecimentos que compõem os textos. Essa avaliação é complementada pelos resultados da avaliação dos alunos e tutores;

- Pela Coordenação de Ensino em conjunto com a Coordenação Pedagógica em EAD, Conselho Editorial do Programa de Educação a Distância e a Coordenação do curso, que após a análise e interpretação das avaliações dos alunos, tutores e autores, viabilizarão as alterações nos livros didáticos sempre que necessário.

22.2 Avaliação do sistema de tutoria

O trabalho da tutoria é de fundamental importância em programas educacionais à distância. A análise e a avaliação da tutoria dar-se-á através das seguintes atividades:

- Avaliação do material didático utilizado no curso levando em consideração as unidades didáticas, propostas no projeto pedagógico do curso;
- Informações sobre a necessidade de implementação de atividades de apoios solicitados pelos alunos que não estavam previstas no projeto pedagógico do curso;
- Registro dos problemas relativos aos conteúdos, ao material didático e a metodologia utilizada, a partir das observações e reivindicações dos alunos;
- Participação efetiva no processo de avaliação dos alunos e do curso;
- Solução das deficiências encontradas no material impresso;
- Auxílio aos alunos para a superação das dificuldades encontradas;



- Apoio aos alunos na compreensão dos textos e na resolução das dificuldades, motivando-os a encontrar no material didático e nas referências completares as respostas às suas dúvidas;
- Auxílio aos alunos no desenvolvimento da responsabilidade pela auto-avaliação do processo de ensino aprendizagem.

Em virtude das exigências acima citadas ao trabalho da tutoria é imprescindível que os profissionais selecionados para exercer essas funções, tenham um período de qualificação que possibilite:

- O aprofundamento e a apropriação das referências teóricas sobre os sistemas de educação à distância;
- Conhecimento do projeto pedagógico do curso;
- Estudo sistemático dos sistemas de orientação denominados de tutoria em educação à distância;
- Intercâmbio de experiências nas diversas modalidades de tutoria;
- Atualização dos conhecimentos específicos do curso.

22.3 Avaliação do Ensino na Modalidade em EAD.

As referidas condições são indispensáveis para assegurar a dedicação e o sucesso da modalidade de educação à distância a curto, médio e longo prazo.

Na avaliação do processo de aprendizagem na modalidade de educação à distância sob o ponto de vista pedagógico é fundamental que se tenha em mente que a avaliação: do material didático, do sistema de tutoria, dos recursos tecnológicos selecionados e colocados à disposição dos alunos para auxiliar o processo ensino-aprendizagem servem de parâmetros para avaliação desta modalidade de ensino.

Todas as inter-relações propostas e estabelecidas no processo, às dimensões previstas a serem trabalhadas antes e durante a execução do curso, permitirão a



construção de uma rede significativa que possibilitará a reestruturação do projeto pedagógico do curso e o projeto político pedagógico do IFPR, articulando o sistema de educação presencial com o sistema de educação à distância.

O processo de avaliação será realizado em função dos critérios e objetivos propostos pelo projeto pedagógico do curso, levando em consideração:

- A frequência nas tele aulas;
- A participação individual e coletiva;
- A leitura dos materiais indicados;
- A resolução das atividades autoinstrutivas propostas no livro didático;
- A resolução da atividade supervisionada;

Avaliações finais individuais, escritas e sem consulta.

22.4 Critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

O aproveitamento de estudos anteriores compreende a possibilidade de aproveitamento dos Componentes Curriculares cursados em outro curso de educação profissional técnica de nível médio ou em curso de ensino superior. O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguido dos critérios:

- correspondência entre as ementas, os programas e a carga horária cursada na outra instituição e as do curso do IFPR. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada nos Componentes Curriculares do curso do IFPR.
- além da correspondência entre os Componentes Curriculares o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórico e/ou prática acerca

do conhecimento a ser aproveitado.

23. RECURSOS

Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca

Infra estrutura Tecnológica do Campus EAD

1. Um prédio, com subsolo, térreo e primeiro andar.
2. Uma Direção Geral, com a seguinte infra-estrutura: 01 mesa de reuniões com 10 cadeiras; 01 jogo de sofá 2 e 3 lugares; 01 computador; 01 telão interno para projeção; 01 retro projetor; 01 mesa de trabalho; 01 ar condicionado.
3. Uma Direção de Ensino, com a seguinte infra-estrutura: 01 mesa de reunião com 06 cadeiras; 01 mesa de trabalho; 01 computador Desktop, 01 notebook, 07 cadeiras, 01 impressora, 01 linha telefônica, 01 ar condicionado, 01 bebedouro, 02 armários de 2 portas.
4. Secretaria executiva, com a seguinte infra-estrutura: 01 computador; 01 mesa de trabalho; 01 impressora.
5. Uma Direção Administrativa/ Financeira, com a seguinte infra-estrutura: 04 mesas de trabalho; 04 cadeiras; 04 computadores; 02 impressoras; 01 televisão com 29 polegadas; 02 linhas telefônicas; 01 fax; 01 aparelho de som; 01 ar condicionado.
5. Uma Sala de Recepção, com a seguinte infra-estrutura: 01 mesa de trabalho, 01 computador; 01 mesa de reunião com 04 cadeiras.
6. Uma Secretaria Geral, com a seguinte infra-estrutura: 08 mesas de trabalho com 08 cadeiras; 08 linhas telefônicas; 02 televisores com 29 polegadas; 02 impressoras; 01 ar condicionado.
7. Um *Call Center*, com a seguinte infra-estrutura: 04 computadores; 04 mesas de trabalho; 03 linhas telefônicas; 01 bebedouro.



8. Tutoria, com a seguinte infra-estrutura: 09 computadores, 07 linhas telefônicas, 09 áreas de trabalho; 02 televisões com 29 polegadas; 03 balcões com 01 porta.
9. Camarim, com a seguinte infra-estrutura: 01 sofá; 02 bancadas; 17 armários com chaves; 02 cadeiras; 01 frigobar; 01 televisor de 29 polegadas; 01 computador; 01 linha telefônica; 01 armário para microondas; 01 balcão; 01 balcão com espelho e torneira; 01 ar condicionado.
10. Controle Acadêmico, com a seguinte infra-estrutura: 06 mesas de trabalho; 06 cadeiras; 06 computadores; 05 impressoras; 03 linhas telefônicas; 01 televisão com 29 polegadas; 01 ar condicionado.
11. Uma Coordenação Pedagógica, com a seguinte infra-estrutura: 01 notebook; 01 cadeira; 01 impressora; 01 armário com 04 portas;
12. Uma Assistência Pedagógica, com a seguinte infra-estrutura: 06 mesas de trabalho; 06 computadores; 02 impressoras; 02 televisões com 20 polegadas; 01 balcão com 04 portas; 01 prateleira; 01 ar condicionado.
13. Uma Coordenação de Curso Geral, com a seguinte infra-estrutura: 05 computadores; 05 mesas de trabalho; 02 impressoras; 02 armários com 04 portas, uma geladeira.
14. Uma Sala de Tecnologia da Informação, com a seguinte infra-estrutura: 04 mesas de trabalho; 04 cadeiras; 04 computadores; 01 impressora; 01 linha telefônica.
15. Sala de Estúdio Número 1, com a seguinte infra-estrutura: 02 computadores professor conferencista e professor web; 02 câmeras completas com tripé *doly* + comunicação; 01 monitor para retorno 21 polegadas; 01 tele promoter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.
16. Um Cenário para Tele aula, com a seguinte infra-estrutura: 05 cadeiras poltronas p/ entrevistas; 05 microfones sem fio de lapela; 01 microfone de mão com fio; 03 microfones de lapela com fio; 01 monitor plasma – quadro



inteligente com programa *smart*; 01 *ibrida telephone interface* com dois canais para interação; 02 caixas acústicas de retorno para estúdio; 02 linhas de internet; 01 *notebook* de *standby*; 01 projetor com telão.

17. *Switcher – Control Room* – Sala de Controle para Gravação, com a seguinte infra-estrutura: 03 aparelhos de DVD *rec* para gravação; 02 aparelhos de DVD *play* para exibição; 01 *vtr hdv dvcam* para captação gravação; 01 gerador de caracteres *compix*; 01 computador para áudio; 01 *switcher* mesa de corte digital (mx70); 01 mesa de som com 16 canais; 02 distribuidores de áudio e vídeo; 04 monitores para programa – *pvw* 19 polegadas; 02 copiadoras de DVD com 10 gavetas; 02 caixas de som para monitoração e retorno
18. Ilha de Edição não Linear, com a seguinte infra-estrutura: 01 computador com placa *matrox* e vários programas; 03 monitores com 14 polegadas; 01 *vtr hdv dvcam* fita; 01 aparelho de DVD *play*; 02 caixas de som para monitoração.
19. Up- Unidade Externa, com a seguinte infra-estrutura: 01 câmera completa com tripé + *doly*; 02 *spots* de luz com tripé; papel vegetal e gelatina com várias cores; 02 microfones de lapela sem fio; 01 microfone de mão com fio; 02 carregadores de baterias para câmeras; 02 carregadores de baterias para microfones; fitas *mine* DVD para captação; 01 *kaiser* (maleta) para câmera + tripé.
20. Sala de Estúdio Número 2, com a seguinte infra-estrutura: 02 computadores professor conferencista e professor *web*; 02 câmeras completas com tripé *doly* + comunicação; 01 monitor para retorno com 21 polegadas; 01 *tele prompter* + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.
21. Setor de Design Instrucional com a seguinte infra-estrutura, 10 mesas, 11 cadeiras, 07 computadores Desktop, 01 impressora Laser Colorida, 01 linha telefônica, 01 mesa de reunião para 08 pessoas, 01 guilhotina.

24. POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Os pólos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os pólos oferecem a infra estrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

O pólo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

No Paraná especificamente, os pólos de apoio presencial utilizam os espaços ociosos das escolas da rede estadual e municipal do Paraná com salas de aulas com a capacidade mínima para 40 (quarenta) alunos.

25. BIBLIOTECAS

A Biblioteca do IFPR conta com um acervo com 5497 exemplares sendo que 4072 livros são voltados para o curso de Pedagogia. A atualização do acervo é feita anualmente, em formulário próprio, por indicação do corpo docente e discente, mediante aval de profissionais da área, consulta às entidades classistas ligadas aos cursos, priorizando as áreas não suficientemente atualizadas e para isso o IFPR mantém recursos permanentes para fazer frente às despesas de atualização da Biblioteca conforme previsto na planilha de planejamento econômico financeiro.

A Biblioteca possui ainda acervo de 17 assinaturas de periódicos, vídeos, dvds, e cds de diferentes títulos.

O IFPR procura atualizar e diversificar seu acervo para pesquisas, normas da ABNT, Manual de Estágio, Normas para elaboração do TCC, acesso livre à Internet e os orientadores dão plantão na Biblioteca para dirimir as dúvidas.

O acesso à consulta na Biblioteca é livre tanto para alunos, quanto para os usuários externos da comunidade em geral, mediante cadastro.

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda à sexta-feira das 16 às 22 horas, sendo que no horário das 9 às 16 horas existe o Plantão de Estudos. Aos sábados das 9 às 12 horas.

Além da Biblioteca central o IFPR disponibilizará também Biblioteca Virtual (online), com livros, revistas e artigos em formato digital, específica para o curso, sendo que os conteúdos estarão organizados de acordo com cada módulo e “links” a partir dos Componentes Curriculares que deseja buscar referenciais.

Os alunos do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde contarão com a disponibilidade do acervo bibliográfico dos 16 campi do IFPR, além das bibliotecas das escolas estaduais onde se localizam os pólos de apoio presencial.

26. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

1. Os alunos que concluírem os 04 módulos do curso com aproveitamento igual ou superior a 60 e frequência igual ou superior a 75% em todas as unidades curriculares atingindo a condição de APROVADO receberão o Diploma de **Técnico em Agente Comunitário de Saúde**, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

27. LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO CURSO

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico e a implantação do curso de Meio Ambiente no campus EaD esta baseado na legislação vigente:

- Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);
- Decreto Federal Nº 5154/2004;
- Parecer CNE/CES Nº261/2006; Parecer CNE/CEB Nº 16/1999;



-
- Parecer CNE/CEB Nº 39/2004; Parecer CNE/CES Nº:261/2006;
 - Parecer CNE/CEB Nº:11/2008; Resolução CNE/CEB Nº.04/1999;
 - Resolução CNE/CEB Nº 01/2004; Resolução CNE/CEB Nº 01/2005;
 - Resolução CNE/CEB Nº 04/2005; Resolução CNE/CEB Nº. 02/2005;
 - Resolução CNE/CEB Nº03/2009; PORTARIA Nº 870, DE 16 DE JULHO DE 2008.

ANEXO 1

REGULAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 1º - O estágio curricular não obrigatório é um ato educativo de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos recebidos pelo estudante ao longo das atividades de ensino/aprendizagem e obedecerá a legislação específica, bem como as normas e diretrizes internas do IFPR -EaD.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 2º - O estágio curricular não obrigatório deve ser organizado tendo em vista os seguintes objetivos:

- I – ampliar a formação acadêmico-profissional do estudante;
- II- propiciar ao estudante, na prática, a aplicação dos conhecimentos teóricos obtidos durante a realização do curso;
- III - promover a integração social do estudante.

Artigo 3º - O estágio curricular não obrigatório será regulamentado pela Direção de Ensino do Campus EaD em articulação com a Coordenação do Curso Técnico, com as seguintes atribuições:

- I - celebrar convênio com a entidade concedente de estágio ou agência de integração empresa-escola;
- II - aprovar o plano de estágio elaborado pelo estudante e seu orientador;
- III - assegurar a supervisão acadêmica do estágio, a ser realizada de forma compartilhada pelos orientadores e pelos supervisores profissionais vinculados às entidades concedentes;
- IV - aprovar e assinar o termo de compromisso de estágio, conforme legislação vigente.



Artigo 4º - Só poderão estagiar estudantes regularmente matriculados e com frequência regular, preferencialmente depois de cursado um semestre letivo.

§ único - a duração do estágio curricular não obrigatório não poderá ser inferior a um semestre letivo.

Artigo 5º - Para fins de aproveitamento de créditos é vedada a equivalência entre estágio curricular obrigatório e não obrigatório.

CAPÍTULO III - DO CAMPO DE ESTÁGIO

Artigo 6º - Constitui campo de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de administração pública, as instituições de ensino e a comunidade em geral.

Artigo 7º - Para aprovação de campo de estágio serão considerados pelo IFPR EaD, em relação à entidade ofertante de campo de estágio:

I - existência de infra-estrutura material e de recursos humanos;

II - aceitação das condições de supervisão e avaliação do IFPR-EaD;

III - anuência e acatamento às normas disciplinadoras do estágio curricular não obrigatório do IFPR-EaD;

Artigo 8º - O campo de estágio será aprovado e oficializado pela Direção de Ensino, mediante celebração de convênio com a entidade concedente de estágio ou agentes de integração empresa-escola, estes últimos entendidos como entidades que atuam na intermediação da busca de campos de estágio e ofertas de vagas.

§ 1º - A jornada do estágio deverá ser compatível com o horário escolar do estudante;

§ 2º - deverá ser garantida a adequação entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação do estudante.

CAPÍTULO IV - DA SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Artigo 9º - A supervisão do estágio curricular não obrigatório caberá ao profissional vinculado à entidade concedente do estágio em conjunto com profissional orientador indicado pela Coordenação do IFPR-EaD.

Artigo 10 - Cabe ao profissional orientador do estágio:

I - elaborar em conjunto com o estudante estagiário o plano de estágio, observada a adequação das atividades de estágio com a área de formação do estudante, de forma a garantir o desenvolvimento de competências necessárias à sua formação profissional.

II - solicitar relatórios trimestrais dos estágios, verificar a assiduidade do estagiário e preencher a ficha de avaliação.

Artigo 11 - Cabe ao supervisor profissional da entidade concedente:

I - avaliar as atividades desenvolvidas pelo estudante estagiário;

II - assinar a ficha de frequência do aluno estagiário;

III - orientar a elaboração dos relatórios do estágio e preencher a ficha de avaliação;

IV - verificar a adequação das atividades de estágio com a área de formação do estudante, de forma a garantir o desenvolvimento de competências necessárias à sua formação profissional.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 12 - A avaliação do estágio curricular não obrigatório será realizada pelo profissional orientador do IFPR-EaD, em conjunto com o supervisor profissional da entidade concedente, observados os seguintes critérios:

I - desempenho profissional do estudante estagiário nas atividades contidas no plano de estágio;

II - assiduidade do estudante estagiário na entidade concedente;

III - entrega dos relatórios à Coordenação de Estágio e cópia à Coordenação do Curso.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13 - O estágio de que trata este regulamento não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estudante e a entidade concedente, facultado ao estagiário o recebimento de bolsa.

§ único – A entidade concedente de estágio ou os agentes de integração empresa-escola providenciarão seguro de acidentes pessoais ao estudante em regime de estágio curricular não obrigatório.



INSTITUTO FEDERAL

PARANÁ

EAD



Artigo14 - A entidade concedente poderá expedir declaração referente à realização de estágio curricular não obrigatório, depois de cumpridas todas as formalidades previstas para essa modalidade.

Artigo 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Direção de Ensino.